



**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**Departamento de Ciências da Terra**

## **Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios**

Otília Noloti Vianney

**MESTRADO EM GEOCIÊNCIAS – Ambiente e Ordenamento do Território**

**Julho, 2014**



**UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Departamento de Ciências da Terra**



## **Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios**

Otília Noloti Vianney

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de  
Coimbra para a obtenção do grau de Mestre em Geociências – Ramo Ambiente e  
Ordenamento do Território**

**Orientador científico**

Prof. Doutor Alexandre Oliveira Tavares

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

**Julho, 2014**



## **Dedicatória**

O presente trabalho é dedicado ao meu inesquecível esposo de feliz memória que em vida usou chamar-se **João Vianney** pois ajudou-me a caminhar até ao fim da primeira fase desta dissertação, aos meus filhos, familiares, benfeitores e amigos pela colaboração, apoio, oração e não só, manifestada durante o tempo desta caminhada.



## **Agradecimentos**

O início, decurso e fim de um trabalho de dissertação é algo que não só depende de nós e da nossa vontade mas sim de um ser supremo sobrenatural, pelo que: agradeço em primeiro lugar a Deus, que pela sua misericórdia e onnipotência concedeu-me esta graça, este dom, não só da vida mas também de todas as faculdades que conjugadas permitiram que eu conseguisse terminar este trabalho.

Agradeço ao meu esposo de feliz memória – **João Vianney** – que nunca se cansou de me sustentar, apoiar, aconselhar para chegar a esta meta.

Aos meus filhos: João Frederico de Noloti Vianney, Bernardino Domingues de Noloti Vianney, Mário Pitra de Noloti Vianney, Cláudio Clemente de Noloti Vianney, Lourenço Cesaltino de Noloti Vianney, Osvaldino Júnior de Noloti Vianney, Rosa Nangombe de Noloti Vianney e Adílson Wuatumbuca de Noloti Vianney que muitas vezes perderam o calor da mãe para dar resposta ao fim deste projecto que hoje termina.

Aos meus pais Domingos Fernando e Lia Flora Inês também de feliz memória, aos meus irmãos Domingos José Augusto Mulanda, António Mário Domingos, Maria Amélia Luinga, Fernandes Joaquim Lourenço Fernando, Maurício Fernando Narino Serafim e Helena Francisca. Os meus profundos agradecimentos por tudo.

Aos Pastores da minha Arquidiocese D. Gabriel Bilingue Arcebispo Metropolitano e D. Zacarias Kamuenho – Bispo Emérito – que, com sua Bênção de Pai e de Pastor sempre me encorajaram a perseguir.

Agradeço em seguida ao Professor Doutor Alexandre Oliveira Tavares orientador desta dissertação pelo profissionalismo, perícia, dedicação, paciência e amizade que sempre demonstrou para com a minha pessoa, e sempre pronto a ajudar.

Agradeço ainda a todos os professores do Departamento de Ciências da Terra, curso de Geociências da especialidade de Ambiente e Ordenamento pela dedicação e contributo para o aumento das minhas faculdades e conhecimento.

Agradeço ainda à direcção da Universidade de Coimbra; à direcção da Faculdade de Tundavala em Angola, Província da Huíla, na pessoa do Doutor Carlos e da Doutora Margarida Ventura pelo seu empenho, aconselhamento e acompanhamento.

Ao Governo Provincial da Huíla na pessoa do seu Governador, o Mestre João Marcelino Typingue, à Administração Municipal da Chibia e ao seu Conselho de Auscultação e Consertação Social, a todas as direcções públicas e privadas das Províncias da Huíla, Benguela e Namibe pelo contributo prestado.

Às autoridades tradicionais, partidárias e religiosas o meu Muito Obrigado pelo envolvimento e participação.

O meu profundo agradecimento vai ainda para todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram de alguma forma para que esse trabalho fosse elaborado de forma muito particular ao Mestre Mário Monteiro por toda a ajuda disponibilizada, sem deixar de agradecer aos Doutores Susana Freiria e Pedro Santos pela convivência, apoio e simpatia sempre demonstradas.

A todos, sem esquecer ninguém o meu Muito Obrigado!



## **Resumo**

O trabalho de dissertação tem como objectivo principal a implementação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia, Angola. Para tal procedeu-se à avaliação das percepções e expectativas de 60 elementos da Comissão Municipal de Auscultação e Concertação Social, bem como de 120 representantes da população, sobre a visão do município e as acções de desenvolvimento.

Procedeu-se à avaliação ambiental, económica, social e de governação do município da Chibia. Identificaram-se os problemas reconhecidos no município pelos dois grupos inquiridos, assim como as expectativas de desenvolvimento sectorial e sobre a aplicação de recursos de desenvolvimento.

Procedeu-se a uma análise SWOT, tendo-se identificado as Forças e Fraquezas existentes, assim como as Oportunidades e Ameaças resultantes da implementação de acções de desenvolvimento. Identificaram-se as relações múltiplas entre as respostas às pressões e os impactos sectoriais. Apresentam-se oito vectores para a concretização dos princípios de Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia, os quais poderão fundamentar as futuras acções e projectos de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Percepções, Expectativas, Vectores de Desenvolvimento Sustentável, Análise SWOT, Chibia





## **Abstract**

This work aims the implementation of the principles of Sustainable Development in the Municipality of Chibia, Angola. It was develop an assessment of perceptions and expectations of 60 elements of the Municipal Commission for Social Dialogue and Consultation as well as 120 representatives of the people, about the vision and the future municipal development actions.

An evaluation of the environmental, economic, social and the municipality governance was made. It was identified the problems in the municipality recognized by the two groups surveyed, as well as the sectorial expectations and development and the development resources application.

It also carried out a SWOT analysis, taking up the existing forces and weaknesses identified, as well as the opportunities and threats arising from the implementation of development actions. We identified the multiple relationships between responses to the pressures and the sectorial impacts. Eight vectors to achieve the principles of Sustainable Development in the Municipality of Chibia were recognized, which may justify future actions and development projects.

**Keywords:** Perceptions, Expectations, Sustainable Development vectors, SWOT analysis, Chibia



## Índice

<b>1 Introdução</b>	1
1.1 O conceito de Desenvolvimento Sustentável	3
1.2 As políticas públicas de desenvolvimento sustentável em Angola	8
1.3 Hipóteses e questões investigativas	13
1.4 Esquema da investigação	13
1.5 Organização da dissertação	15
<b>2 Enquadramento e caracterização da área de estudo</b>	17
2.1 Enquadramento geográfico	19
2.2 Morfologia	19
2.3 Geologia	20
2.4 Clima	22
2.5 Hidrologia	22
2.6 Solos	23
2.7 Flora e fauna	24
2.8 Recursos naturais	24
2.9 Enquadramento histórico da ocupação antrópica	25
2.10 População e demografia	26
2.11 Caracterização sócio-económica	27
2.12 Equipamentos e infra-estruturas	30
2.13 Caracterização institucional	34
<b>3 Metodologia</b>	37
<b>4 Resultados</b>	45
4.1 Percepções e expectativas dos actores locais	47
4.2 Percepções e expectativas dos cidadãos	54
4.3 Síntese dos resultados	59
<b>5 Análise SWOT e vectores de desenvolvimento sustentável</b>	63
<b>6 Conclusões</b>	75
<b>Bibliografia</b>	81
<b>ANEXOS</b>	87

## Índice de figuras

Figura 1.1 - Aspectos que contribuem para o Desenvolvimento Sustentável (DGA, 2000 adaptado de Gouzee <i>et al.</i> , 1995)	5
Figura 1.2 - Modelo de Pressão-Estado-Resposta e que enquadra os indicadores ambientais (a partir de OCDE, 1993)	6
Figura 1.3 - Interação entre sectores ou sistemas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável	6
Figura 1.4 - Arquitectura do Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola	9
Figura 1.5 - Objectivos de Desenvolvimento para o Millenium (UNGA, 2000)	12
Figura 1.6 - Esquema de investigação	14
Figura 2.1 - Enquadramento geográfico do município da Chibia	19
Figura 2.2 - Grandes unidades geomorfológicas das terras altas da Huíla (Jessen 1936, <i>in</i> Feio, 1964)	20
Figura 2.3 - Representação das unidades geológicas para o sul de Angola de acordo com Pereira <i>et al.</i> (2011), assinalando-se a área de estudo	21
Figura 2.4 - Temperatura média anual do território de Angola	22
Figura 2.5 - Humidade relativa média anual do território de Angola	22
Figura 2.6 - Rede hidrográfica e bacias hidrográficas no município da Chibia	23
Figura 2.7 – Produção de hortícolas na Chibia	29
Figura 2.8 – Produção de cereais na comuna do Jau	29
Figura 2.9 – Exploração de rochas ornamentais na Kapunda-Kavilongo	29
Figura 2.10 - Paisagem rural e criação de gado bovino na Quihita	29
Figura 2.11 - Actividade comercial no Mercado da Chibia Sede	29
Figura 2.12 - Paisagem rural, com lagoa de apoio à criação de gado no Jau	29
Figura 2.13 – Fontes de abastecimento de água à população	30
Figura 2.14 – Rede viária e ferroviária no município da Chibia	31
Figura 2.15 – Equipamento escolar na comuna do Jau	32
Figura 2.16 – Equipamento escolar na comuna Sede	32
Figura 2.17 – Equipamento de saúde na Kapunda-Kavilongo (centro de saúde)	32
Figura 2.18 – Equipamento de saúde na comuna do Jau (posto de saúde)	32
Figura 2.19 – Equipamento ambiental na comuna Sede (furo de captação)	32
Figura 2.20 – Equipamento ambiental na Sede (estação de tratamento de água)	32
Figura 2.21 – Organigrama representativo da estrutura administrativa do município da Chibia	35

Figura 3.1 – Esquema geral da análise SWOT	43
Figura 4.1 – Caracterização do município da Chibia pelos membros do CMACS	47
Figura 4.2 – Problemas ambientais que afectam o município da Chibia	48
Figura 4.3 – Problemas sociais no município da Chibia	49
Figura 4.4 – Problemas económicos no município da Chibia	50
Figura 4.5 – Problemas de governação no município da Chibia	50
Figura 4.6 – Expectativas sobre a dinâmica da população no município da Chibia	51
Figura 4.7 – Expectativas sobre questões ambientais no município da Chibia	51
Figura 4.8 – Expectativas sobre questões sociais no município da Chibia	52
Figura 4.9 – Expectativas sobre questões económicas no município da Chibia	52
Figura 4.10 – Expectativas sobre aspectos de governação no município da Chibia	53
Figura 4.11 – Percentagem de respostas sobre as questões de concordância e discordância	57
Figura 4.12 – Acções a realizar para mudar algo no município	60
Figura 4.13 - Percepções do CMACS e da população sobre o município	61
Figura 4.14 - Valorização das acções de desenvolvimento pelos dos grupos inquiridos	62
Figura 5.1 - Relações múltiplas de Resposta em função das Oportunidades	69
Figura 5.2 - Relações múltiplas de Resposta em função das Ameaças	70

## Índice de tabelas

Tabela 2.1 - Tipos de recursos naturais presentes no Município da Chibia	25
Tabela 2.2 – Número de habitantes por comuna e sexo	26
Tabela 2.3 – Número de habitantes por sexo e idade	27
Tabela 2.4 – Lista de equipamentos existentes no Município da Chibia	33
Tabela 3.1- Representantes do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social	40
Tabela 4.1 – Opções de investimento nos diferentes sectores no município da Chibia	54
Tabela 4.2 – Opções de investimento em serviços, equipamentos e infra-estruturas no município da Chibia	54
Tabela 4.3 – Respostas em cada comuna sobre a caracterização do município da Chibia	56
Tabela 4.4 - Principais problemas que afectam o município da Chibia	57
Tabela 4.5 - Questões de concordância e discordância sobre vivências e práticas em cada comuna	58
Tabela 4.6 – Acções a realizar para mudar algo no município, por comuna	60
Tabela 5.1 – Forças para a análise SWOT no Município da Chibia	66
Tabela 5.2 – Fraquezas para a análise SWOT no Município da Chibia	66
Tabela 5.3 – Oportunidades para a análise SWOT no Município da Chibia	68
Tabela 5.4 – Ameaças para a análise SWOT no Município da Chibia	68
Tabela 5.5 – Vectores de Desenvolvimento Sustentável para o Município da Chibia	70

## Capítulo 1 – Introdução



## Introdução

### **1.1 O conceito de Desenvolvimento Sustentável**

O conceito de Desenvolvimento Sustentável está consagrado no relatório Brundtland (UN, 1987), o qual define que este representa um modelo que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que ponham em risco a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Este relatório foi desenvolvido no âmbito da Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a partir em 1983, e após vários *fora* produziu o Relatório final, em 1987, o qual apresentava uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adoptado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, onde ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Este mesmo Relatório (UN, 1987), apontava igualmente para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, e sugerindo uma nova relação entre o ser humano e o meio ambiente, e ao mesmo tempo para uma articulação entre crescimento económico, e as questões ambientais e sociais.

Por sua vez a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se reuniu no Rio de Janeiro em Junho de 1992, reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de Estocolmo em 1972, e procurou estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os estados, os sectores chave da sociedade e os indivíduos (ONU, 1992). Esta conferência veio reafirmar o desenvolvimento sustentável enquanto objectivo importante de política pública, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional (Costa, 2000).

Mais recentemente a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável - das origens ao futuro – reunida na África do Sul em 2002 (ONU, 2002), sublinha a responsabilidade colectiva de fazer avançar e fortalecer os pilares interdependentes e mutuamente apoiados do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento económico, desenvolvimento social e protecção ambiental - nos âmbitos local, nacional, regional e global. Esta Declaração considera que a protecção do meio ambiente e o desenvolvimento social e económico são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, com base nos Princípios do Rio e da adopção de um programa global Agenda 21. Na cidade de Joanesburgo a comunidade internacional reconheceu que a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo, produção, protecção e exploração dos recursos naturais são a base para o desenvolvimento

## Introdução

económico e social e constituem objectivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável.

A Declaração (ONU, 2002), considera que o desenvolvimento sustentável requer uma perspectiva de longo prazo e participação ampla na formulação de políticas, tomada de decisões e implementação em todos os níveis. Afirma ainda que quer o sector público, o sector privado, assim como as grandes e pequenas empresas, tem o dever de contribuir para a evolução em direcção a comunidades e sociedades equitativas e sustentáveis.

De uma forma mais explícita a Declaração do Rio de Janeiro 2012 (ONU, 2012), apresenta um novo paradigma para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, através de um conjunto de acções articuladas que tenham em atenção quer: a área dos assuntos sociais e educação, a gestão de recursos hídricos e saneamento, o consumo e produção sustentáveis, a política económica e fiscal e de cooperação, o planeamento territorial e uso do solo, a agricultura, floresta e pesca, a biodiversidade e os serviços ecossistémicos, bem como acções de adaptação às alterações climáticas e de gestão da energia e transportes, acções de gestão dos resíduos e de governação.

O desenvolvimento sustentável é hoje entendido como um processo evolutivo que se traduz no crescimento da economia, na melhoria da qualidade do ambiente e da sociedade, para benefício das gerações presente e futura (DGA, 2000). A utilização de indicadores para implementação de acções e políticas de desenvolvimento sustentável é importante para que os decisores, gestores, políticos, grupos de interesse ou cidadãos possam avaliar o desempenho em matéria de sustentabilidade, dado que permitem definir o ritmo de implementação e progresso, o grau de envolvimento dos parceiros e cidadãos, bem como os níveis de reconhecimento e participação pública. Diferentes documentos salientam a necessidade de na implementação do desenvolvimento sustentável se considerarem quatro categorias de indicadores: ambientais, económicos, sociais e institucionais (Ramos *et al.*, 1999; DGA, 2000) (Figura 1.1).

Segundo a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CSD, 1996), contribuem para o desenvolvimento sustentável os aspectos institucionais, que incluem: (1) a estrutura e funcionamento das instituições, entendidas no seu sentido lato e englobando, quer as instituições clássicas de governação, de índole mais ou menos estatal, quer as organizações não-governamentais (ONG) e as empresas; (2) os aspectos económicos, nas suas diferentes escalas (micro, macro); (3) os aspectos sociais e os aspectos ambientais.



Figura 1.1 – Aspectos que contribuem para o Desenvolvimento Sustentável (DGA, 2000 adaptado de Gouzee *et al.*, 1995).

A consideração destes aspectos permitem definir indicadores necessários à tomada de decisão nos mais diversos níveis, quer ao local, regional, nacional e supranacional. Os indicadores podem assim servir para: (1) a alocação de recursos - suporte de decisões, ajudando os decisores ou gestores na atribuição de fundos; (2) gestão de recursos naturais e determinação de prioridades; (3) classificação de locais - comparação de condições em diferentes locais ou áreas geográficas como minimização das assimetrias; (4) verificação do nível de cumprimento das normas ou critérios legais; (5) análise de tendências - aplicação a séries de dados para detectar tendências no tempo e no espaço; (6) informação ao público sobre os processos de desenvolvimento sustentável; (7) necessidade de investigação científica mais aprofundada.

De acordo com a OCDE (1993), os indicadores ambientais podem ser sistematizados pelo modelo Pressão-Estado-Resposta (Figura 1.2), em que: (1) a Pressão caracteriza os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacte ambiental; (2) o Estado reflecte a qualidade do ambiente num determinado espaço/tempo, sendo exemplo os indicadores de sensibilidade ou desempenho; (3) a Resposta em que se avalia as expectativas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, sociais e económicas, bem como à adesão a programas.

Diferentes estudos apresentam a escala local como a fundamental para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente na utilização de indicadores do modelo Pressão-Estado-Resposta (Braga *et al.*, 2004). Estes autores sinalizam como indicadores ambientais a qualidade do sistema ambiental local; a qualidade de vida humana; a pressão antrópica; a capacidade política e institucional.

## Introdução

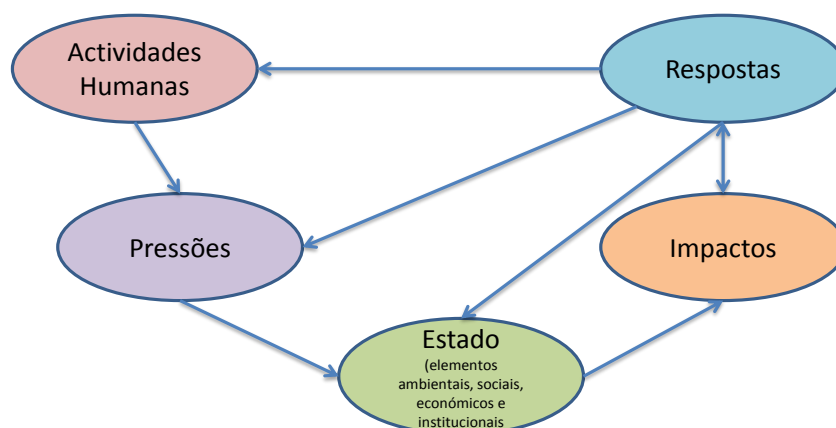


Figura 1.2 – Modelo de Pressão-Estado-Resposta e que enquadra os indicadores ambientais (a partir de OCDE, 1993).

De acordo com o IISD (1999) o desenvolvimento sustentável pode ser visto através da interacção entre diferentes sectores ou sistemas, sendo que o bom desenvolvimento total depende do bom funcionamento das partes (Figura 1.3).

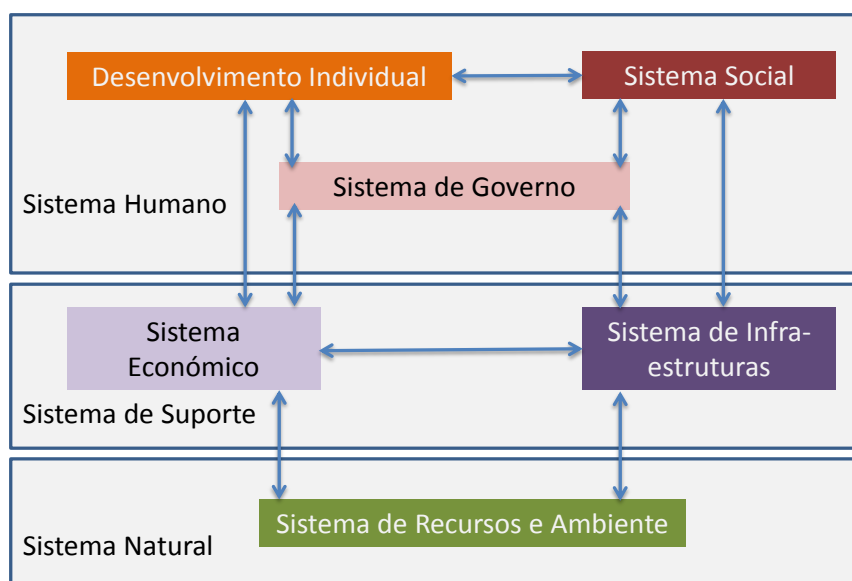


Figura 1.3 –Interacção entre sectores ou sistemas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

O desafio da sustentabilidade ao nível local emergiu da Cimeira do Rio de 1992 e com a primeira fase do Projecto de Cidades Sustentáveis (1993-96) lançado pela Comunidade Europeia, e que culminou com a Carta de Aalborg (1994) (Vasconcelos, 2001). A Carta de Aalborg (1994), constitui um compromisso político para a implementação das políticas de

sustentabilidade à escala local. As entidades locais são assim consideradas nas iniciativas de desenvolvimento sustentável através da implementação de acções e políticas capazes de monitorizar os progressos para a sustentabilidade. No âmbito dos indicadores de sustentabilidade local, estão definidos indicadores principais como: (1) a satisfação do cidadão com a comunidade local; (2) a contribuição local para as alterações climáticas globais; (3) a mobilidade local e transporte; (4) existência de zonas verdes públicas e de serviços locais; (5) a qualidade do ar na localidade; (6) a deslocação de crianças entre a casa e a escola; (7) os procedimentos de gestão ambiental e social das autoridades locais e de empresas; (8) a poluição sonora; (9) a utilização sustentável de solos; (10) a percentagem de consumo de alimentos que promovem a sustentabilidade (AEA/CE, 2000).

De acordo com Schmidt *et al.* (2006) o desenvolvimento sustentável à escala local deve ser apoiado por programas de orientação estratégica, nomeadamente nas vertentes do ambiente e do desenvolvimento. Neste âmbito os autores salientam a Agenda 21 Local como um “*potente instrumento de mudança*”, baseado num programa de acções em permanente redefinição e negociação, enquadrando os objectivos e os meios que permitem estabelecer grupos de trabalhos multisectoriais, com a participação activa de diferentes grupos de interesse, buscando uma visão sustentável de prioridades, através de um plano de acção suportados por indicadores apropriados.

O processo de implementação da Agenda Local 21 visa assim criar planos de acção locais para a sustentabilidade, fortalecendo simultaneamente a cooperação entre entidades e o um envolvimento alargado através da consulta pública e do processo participativo. Considera-se que todos os sectores da comunidade devem ter uma palavra a dizer no processo de decisão - mas também de competência, no sentido de que a identificação sistemática dos problemas e as suas causas devem ocorrer, e de que opções de estratégias alternativas devem ser consideradas e avaliadas (Vasconcelos, 2001).

Procura no âmbito municipal elaborar um diagnóstico e perfil selectivo do sistema ambiental, económico e de infra-estruturas no município de forma a criar acções e respostas públicas com repercussão no sistema humano. É assim possível a construção de uma visão local, com identificação dos vectores estratégicos e acções para o desenvolvimento sustentável.

### 1.2 As políticas públicas de desenvolvimento sustentável em Angola

O Governo da República de Angola no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2015 (MPDT, 2012) assinala os valores da Modernização e Sustentabilidade do Desenvolvimento como fundamentais para a estabilidade, equidade e crescimento pujante. Nas Grandes Orientações o Plano a longo prazo aponta entre outros: a Construção de uma Sociedade Democrática e Participativa; a Promoção do Desenvolvimento Humano e do Bem-Estar, assegurando a Melhoria da Qualidade de Vida, com combate à Fome e a Pobreza Extrema; a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, Competitivo e Equitativo, garantindo o futuro às gerações futuras; o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado; o Desenvolvimento Harmonioso do Território Nacional. A médio prazo o Plano assinala, entre outros: a garantia dos pressupostos básicos ao desenvolvimento; a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; a inserção da juventude na vida activa; bem como o desenvolvimento do sector privado. Na Figura 1.4 aparece representado a arquitectura do Plano Nacional de Desenvolvimento, onde se assinalam para os diferentes objectivos, os indicadores e prioridades, em função das políticas de desenvolvimento sectorial e territorial.

O Governo de Angola e as Nações Unidas, no âmbito do Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente (GA/PNUD, 2012), articulam-se no reforço dos vectores do Desenvolvimento Sustentável através da cooperação, de forma a que sejam *“reforçadas as capacidades nacionais para enquadrar a protecção ambiental nos planos e programas de desenvolvimento nacional numa perspectiva de crescimento inclusivo para com os mais vulneráveis (população rural, mulheres e crianças, camada social com menor capacidade económica, etc.)”*.

Procura-se com este Programa o reforço das capacidades nacionais para o enquadramento da protecção ambiental nos planos de desenvolvimento nacional; a implementação efectiva do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP); o desenvolvimento da capacidade institucional para a gestão sustentável de recursos naturais (terra e água); a adaptação e mitigação às alterações climáticas enquadrada nas políticas e planos de desenvolvimento nacional; a expansão e reforço da capacidade institucional para monitorar as tendências ambientais; a implementação efectiva do Plano Nacional de Educação e Consciencialização Ambiental (PNECA) e de actividades de sensibilização ambiental aos níveis nacional e provincial, valorizando o conhecimento e a experiência nacional.



Figura 1.4 – Arquitectura do Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola.

Em Angola com peça fundamental das políticas de gestão sustentável dos recursos surge a Gestão de Recursos Naturais visando o desenvolvimento durável do sector agrário, como ponto de partida na retomada do crescimento das comunidades rurais (MINADER, 2004). Procura-se, com os programa e projectos associados, o aumento da segurança alimentar, a melhoria das condições de vida da população e a redução da dependência externa, do combate à pobreza e, que relativamente ao meio rural, passam pela reabilitação da capacidade da produção agrária dos camponeses como elemento fundamental para a redução do desemprego, para o aumento da produção interna e para o restabelecimento dos circuitos comerciais.

O Programa de Erradicação da Pobreza (GURN, 2005) ao apresentar como ponto focal a redução substancial da incidência da pobreza, visa estender os serviços básicos de saúde e de educação a toda a população, em especial os mais carenciados, reabilitar as infra-estruturas



## Introdução

económicas de base e promover um ambiente económico e social estável para a revitalização económica da economia e fazendo parte de um processo de desenvolvimento abrangente e sustentável.

De acordo com o Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola (MINUA, 2006) o desenvolvimento de Angola está dependente de questões do ambiente que incluem entre outras, a perda de habitats e da diversidade biológica, a desflorestação e erosão de solos, a sobre exploração e poluição de recursos hídricos e a insuficiência de infra estruturas e equipamento social. Este documento estratégico salienta a complexidade dos temas relacionados com o ambiente e o desenvolvimento devendo-se facilitar a implementação de programas de correcção ou de reabilitação das possíveis tendências negativas e, contribua igualmente para a gestão sustentável e participativa de recursos naturais que se herdou e, a obrigação de os legar as gerações vindouras.

O Relatório sobre o Estado Geral do Ambiente de Angola pretende contribuir para o combate à pobreza generalizada existente no país através da promoção de uma exploração sustentável dos recursos naturais e, simultaneamente, a criação de consciência ambiental generalizada. O documento (MINUA, 2006) faz o levantamento do estado do ambiente, das pressões existentes sobre os recursos naturais e também das respostas, visando uma base de dados com informação ambiental de, enquadrada no contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável, que permita construir indicadores.

Ainda com relevo no desenvolvimento sustentável em Angola, surge a Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (MUA, 2006) que procura incorporar nas políticas e programas de desenvolvimento medidas para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica e a distribuição justa e equitativa dos recursos biológicos. Para a concretização do NBSAP prevêem-se acções de Investigação e Divulgação de Informação, de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, de Gestão da Biodiversidade nas Áreas de Protecção Ambiental, de Uso Sustentável das Componentes da Biodiversidade, de garantir o Papel das Comunidades na Gestão da Biodiversidade e do Reforço Institucional através de Legislação, Gestão, Coordenação e Monitorização.

De acordo com FAO (2012) o reforço do desenvolvimento sustentável em Angola deve estar baseado na possibilidade de cooperação, parcerias e organização de projectos, nomeadamente de base social. Com o desenvolvimento territorial e a gestão social pretende-se: a inclusão social, a amplificação das capacidades, oportunidades e direitos de escolhas individuais; o desenvolvimento económicos com a distribuição de riqueza de modo justo, as oportunidades de trabalho e de salário para homens, mulheres, jovens; o fortalecimento dos

agricultores; o reconhecimento da população dos seus recursos naturais, de modo a formulem estratégias para a gestão sustentável dos mesmos; o fortalecimento da democracia e a participação dos cidadãos na gestão do desenvolvimento sustentável, com empenhamento e responsabilização da sociedade civil; a consolidação de espaços institucionais territoriais de gestão participativa do desenvolvimento.

O autor C. Cavalcanti (s/data) assume que o modelo de desenvolvimento sustentável em Angola deve privilegiar um diálogo entre os diferentes actores relevantes na sociedade, tendo em vista uma natureza participativa e transparente de processos, em busca de trocas sustentáveis de matéria e energia da sociedade com a natureza, com a boa utilização do património e funções dos ecossistemas.

Como instrumento fundamental para a concretização dos princípios de desenvolvimento sustentável e obtenção das metas surge a Lei de Bases do Ambiente (DR, Lei nº 5/98), como lei-quadro, em que se definem os princípios orientadores para a prevenção e combate à poluição e determina os padrões de qualidade ambiental urbana e não urbana. Nos seus objectivos, a Lei determina, entre outros: alcançar de forma plena um Desenvolvimento Sustentável em todas as vertentes da vida nacional; manter um equilíbrio entre a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e a capacidade de resposta da natureza; garantir o menor impacte ambiental das acções necessárias ao desenvolvimento do país através de um correcto ordenamento do território; prestar a maior atenção à qualidade do ambiente urbano através de uma eficaz aplicação da administração local e municipal; constituir, consolidar e reforçar uma rede de Áreas de Protecção Ambiental; garantir a participação dos cidadãos em todas as tomadas de decisão que impliquem desequilíbrios ambientais e sociais.

Outro instrumento fundamental para as políticas de desenvolvimento sustentáveis é a Lei nº3/04 sobre Ordenamento do Território e Urbanismo (DR, Lei nº 3/04), a qual define como seus fins: a criação de condições favoráveis, que garantam os fins gerais do desenvolvimento económico e social, do bem-estar social, de defesa do ambiente e qualidade de vida dos cidadãos em particular; assegurar uma valorização integrada e racional da ocupação do espaço e condições favoráveis para o desenvolvimento de actividades económicas, sociais e culturais, sem prejuízo da salvaguarda dos interesses de defesa do território, segurança interna e do equilíbrio ecológico e do património histórico-cultural. Esta mesma Lei pretende assegurar a igualdade de oportunidades de acesso dos cidadãos aos equipamentos colectivos e serviços públicos no meio urbano e rural; adequar os níveis de densificação dos aglomerados urbanos às potencialidades infra-estruturais, de equipamentos e de serviços existentes ou previstos, de modo a sustentar a degradação da qualidade de vida para

## Introdução

prevenir o desequilíbrio sócio-económico; preservar e defender os solos com aptidão natural ou aproveitados para actividades agrícolas, pecuárias ou florestais; proteger os recursos hídricos, as zonas ribeirinhas, a orla costeira, as florestas e outros locais com interesse particular para a conservação da natureza, compatível com a normal fruição pelas populações das suas potencialidades específicas; entre outros.

Como exemplo final de instrumento com especial incidência nas políticas de desenvolvimento sustentável em Angola, surge a Lei das Águas (DR, Lei nº6/02) que pretende em matéria de gestão dos recursos hídricos uma igualdade de tratamento e oportunidade nos processos de uso da água, a preservação do bem-estar e do ambiente, a promoção de práticas de uso eficiente da água, bem como o incentivo ao usos racional dos recursos hídricos pelos privados.

Esta breve resenha sobre o enquadramento das políticas de desenvolvimento sustentável em Angola, mostra o comprometimento com os objectivos de desenvolvimento das Nações Unidas através do Millennium Development Goals (UNGA, 2000) (Figura 5). A implementação das políticas está enquadrada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, alicerçada em diversos Programa de Acção, e suportada por diferentes leis gerais e instrumentos administrativos.

Sendo genericamente políticas gerais com reflexo e aplicação ao nível local, em que se procura aumentar a qualidade de vida das populações, a participação cidadã, e o respeito pelos valores ambientais, pretende-se com esta dissertação contribuir para a aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável no município da Chibia, em Angola.



Figura 1.5 - Objectivos de Desenvolvimento para o Millenium (UNGA, 2000).

### **1.3 Hipóteses e questões investigativas**

Para a avaliação do estado geral do ambiente e de desenvolvimento, de forma a propor futuras estratégias e acções com os princípios do desenvolvimento sustentável no município da Chibia, foi realizada uma investigação que pretende atingir os seguintes objectivos:

- Qual o nível de implementação das políticas de desenvolvimento sustentável no município da Chibia?
- Quais as expectativas dos cidadãos e actores locais sobre o desenvolvimento sustentável no município da Chibia?
- Quais os vectores ou acções ou que devem ser implementados para melhorar o desempenho funcional, instrumental e de participação no município da Chibia?

### **1. 4 Esquema de investigação**

Para atingir os objectivos a que nos propomos foi organizado um processo investigativo sequencial baseado nos princípios científicos, cujo esquema transparece na Figura 1.6. Assim a partir de diferentes fontes é possível produzir níveis de conhecimento e adoptar métodos e técnicas (descritos no capítulo da metodologia), capazes de produzir dados. A análise dos dados e discussão permite obter resultados e formular conclusões.

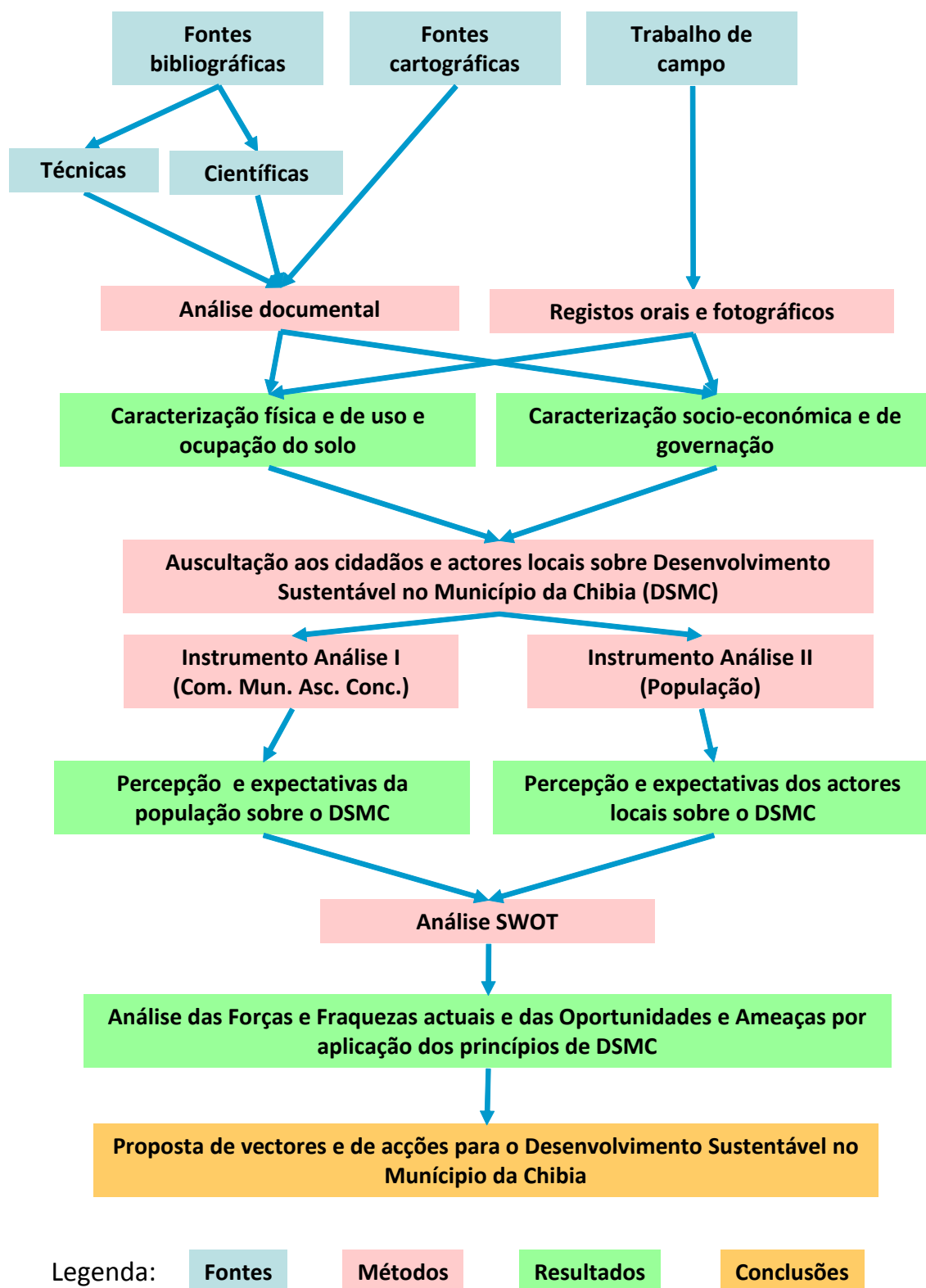


Figura 1.6 – Esquema de investigação.

## **1.5 Organização da dissertação**

Esta dissertação está organizada em 6 capítulos, descrevendo o processo investigativo apresentado na Figura 1.6, e permitindo atingir os objectivos proposto em 1.3

Assim e para além deste Capítulo 1, designado por Introdução, no Capítulo 2 faz-se a caracterização física, socio-económica e de governação do Município da Chibia.

No Capítulo 3, designado por Metodologia, descrevem-se os métodos de análise das fontes, assim como os instrumentos de análise aplicados na investigação.

No Capítulo 4 apresentam-se os dados resultantes da aplicação de dois questionários, aos elementos da Comissão Municipal de Auscultação e Concertação Social e à população, sobre a percepção e expectativas relativas a questões ambientais, sociais, económicas e de governação que contribuem para o Desenvolvimento Sustentável municipal.

No Capítulo 5 faz-se uma avaliação SWOT das principais potencialidades e fragilidades existentes no município, assim como se identifica o que poderá resultar da aplicação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável, através da identificação das oportunidades e ameaças. Apresentam-se ainda os principais vectores e acções que poderão vir a ser implementados no Município da Chibia.

No Capítulo 6 apresenta-se uma síntese dos resultados e as principais conclusões tendo em vista o desenvolvimento ambiental, económico, social e de governação no Município da Chibia.

Complementa-se com a apresentação das referências bibliográficas que suportaram os dados e a metodologia.

Em anexos apresentam-se os dois instrumentos de inquirição.

## Enquadramento e caracterização da área de estudo

## **Capítulo 2 – Enquadramento e caracterização da área de estudo**



## Enquadramento e caracterização da área de estudo

## 2.1 Enquadramento geográfico

Chibia é um município da província da Huíla, em Angola, cuja sede está localizada a 42 km a sul da cidade de Lubango, capital da província. Tem 5 281 km<sup>2</sup> e cerca de 133 mil habitantes. É limitado a Norte pelos municípios do Lubango e de Cacula, a Este pelo município do Quipungo, a Sul pelo município de Chiange, e a Oeste pelos municípios de Virei e Humpata, de acordo com a Figura 2.1.

O município é constituído pelas comunas de Chibia, Kapunda-Kavilongo (ex-Oliveira-a-Nova), Quihita e Jau. A área em referência é definida pelos Meridianos 13°30', 14°00' Este e paralelos 15°00', 15°30' Sul. O aglomerado populacional mais importante é a a Chibia, sede do município (ex-Vila João de Almeida). Diversas rodovias e atravessam o município, sendo a mais importante a que liga Lubango a Onjiva, e que seguidamente se prolonga até à fronteira de Angola com a Namíbia.

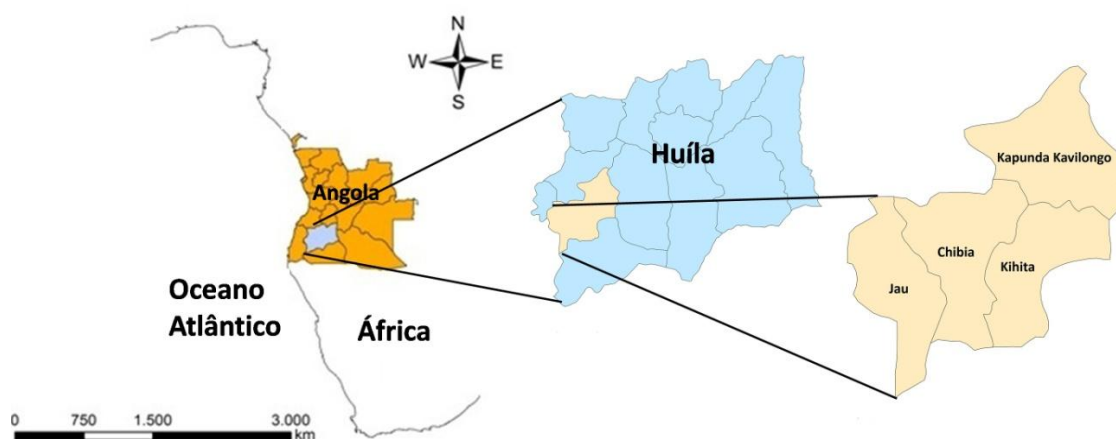


Figura 2.1 – Enquadramento geográfico do município da Chibia.

## 2.2 Morfologia

O território do município integra-se no vasto conjunto de superfícies planálticas do interior angolano com altitudes entre os 1000 e os 2300 metros. As altitudes menores correspondem a superfícies de transição, quer para o Oeste e Noroeste quer para Sul e Sudoeste, sendo a zona de altitudes intermédias, 1400-1800 metros, correspondente à parte Sul do Planalto Central, onde se localiza o município da Chibia. Na Figura 2.2 aparece representada a geomorfologia que corresponde às peneplanícies do ocidente de Angola (Jessen *in* Feio, 1964).

## Enquadramento e caracterização da área de estudo

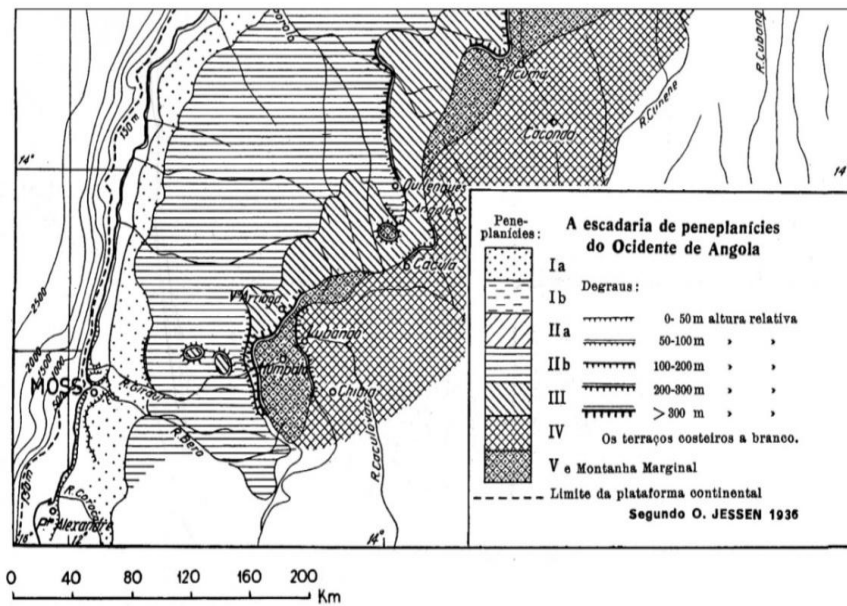


Figura 2.2 - Grandes unidades geomorfológicas das terras altas da Huíla (Jessen 1936, in Feio, 1964).

A área do município da Chibia faz assim parte da antiga peneplanície ainda não completamente destruída pela erosão, segundo Vale (1973). Segundo os mesmos autores a planície resulta da dinâmica do rio Kaculuvar, afluente rio do rio Cunene. Assim, o relevo do município caracteriza-se, de forma geral, por extensas superfícies onduladas com linhas de água intermitentes por onde correm águas em épocas chuvosas. Aparecem representadas cordilheiras montanhosas com vales incisos a Oeste da sede do Município e montanhas isoladas nas comunas de *Kapunda-Kavilongo* e *Quihita*. (Relatório da Administração Municipal da Chibia, 2008). As características do relevo condicionam a pedologia, e influenciam a organização do espaço rural.

### 2.3 Geologia

Em termos geológicos, e tendo por base à notícia explicativa da Folha nº356 da Carta Geológica de Angola, à escala 1: 100 000 (Vale, 1973), constata-se que a área do município da Chibia é maioritariamente dominada pela presença de um granito antigo, ante-Câmbrico, conhecido por granito de Chela, sendo marginado a este e oeste por rochas gabróicas (Complexo Gabro-Anortosítico). As formações ígneas ante-câmbricas, formam o essencial da aplanção inferior, sendo os materiais rochosos mais abundantes os granitos, geralmente de coloração rosada ou pardacenta e de textura granular, associados a granitos porfiróides,

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

estando a sua génese relacionada maioritariamente com a orogenia Eburneana, com idades próximas do 2.000 Ma (Pereira *et al.*, 2011). Para além destas rochas também ocorrem na aplanção inferior extensões de outras formações consideradas ante-câmbrias, como os granodioritos, os dioritos com e sem quartzo, os sienitos e ainda o conjunto de gabros e anortositos. Há ainda a destacar outras rochas ante-câmbrias de origem ígnea, com modo de jazidas filoniana, que estão largamente representadas no seio das formações do maciço antigo, destacando-se doleritos com olivinas, pegmatitos, aplitos e lamprófiros, sendo também frequente a ocorrência de filões de quartzo

A oeste, o granito de Chela apresenta-se coberto por rochas sedimentares metamorfizadas, formando assim o agrupamento estratigráfico designado por Formação da Chela, composto por conglomerados, quartzitos, grés, siltitos, xistos e calcários dolomíticos, dispostos em camadas, com disposição horizontal. A sudoeste da área, na zona do Bango (estrada Chibia-Gambos), afloram rochas metamórficas mais antigas das que constituem as séries de Chela, sendo esta formação denominada de Série Metamórfica da Hamutenha. Os depósitos aluvionares do Quaternário são abundantes especialmente nos vales de alguns cursos de água.

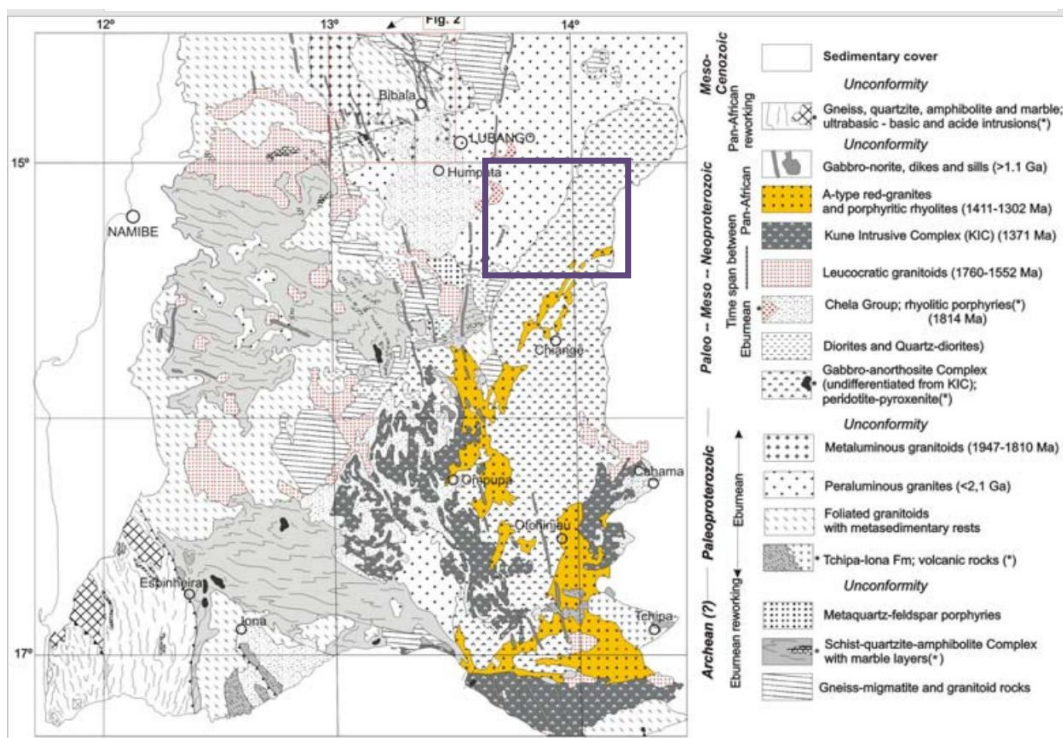


Figura 2.3 - Representação das unidades geológicas para o sul de Angola de acordo com Pereira *et al.* (2011), assinalando-se a área de estudo.

## Enquadramento e caracterização da área de estudo

Na Figura 2.3 aparecem representadas as unidades geológicas para o sul de Angola de acordo com Pereira *et al.* (2011).

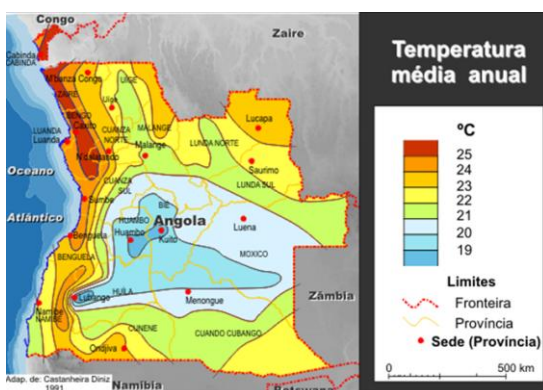
### 2.4 Clima

O clima da região, de acordo com a classificação de Koeppen, é do tipo tropical seco, onde predominam duas estações bem definidas durante o ano: época chuvosa que decorre de Setembro a Abril, tendo como média anual pluviométrica 700 mm.

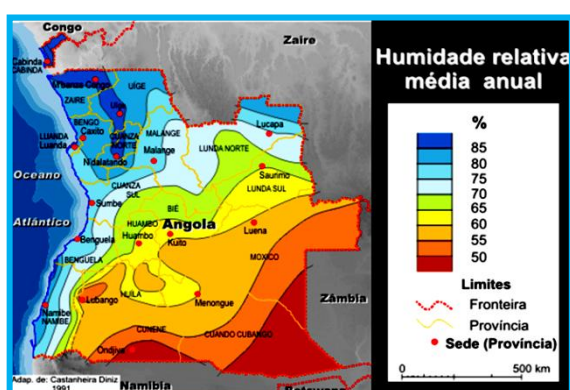
Na província a média anual isotérmica é de 18,6 graus, com diminuição gradual para o interior, e baixando à medida que a altitude se eleva, para na superfície planáltica da Humpata a temperatura descer para valores a de 15°C.

A época seca que vai de Maio a Setembro, sendo a temperatura média anual superior a 20°C. No entanto, os meses mais frios vão de Abril a Julho, com a existência de temperaturas negativas durante a noite. Verificam-se oscilações térmicas diárias acentuadas, podendo atingir 30°, especialmente nos meses de Junho a Setembro (Medeiros, 1976).

Nas Figuras 2.4 e 2.5 apresentam-se os valores de distribuição da temperatura média.



Figuras 2.4 - Temperatura média anual do território de Angola.



Figuras 2.5 - Humidade relativa média anual do território de Angola.

### 2.5 Hidrologia

A rede hidrográfica (Figura 2.6) compreende no município dois grandes rios: o *Kaculuar*, que nasce no município do Lubango, passando pelo sector da *Lufinda* e pela comuna da *Quihita* indo depositar as suas águas no rio Cunene; o *Tchimpumpunhime*, que nasce no município da Humpata, conhecido aí com o nome de rio Nene, tomando o nome de *Tchimpumpunhime* a partir de *Chinquerere*, comuna do Jau, passando pela vila da Chibia e

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

desaguando no Kaculuvar na área do *Nombuaneno*, comuna da *Quihita*. Com menor importância, destaca-se ainda o rio da Huíla com um carácter intermitente, que banha a comuna sede e é afluente do rio *Kaculuvar*, desaguando neste, na área do sector do *Kangolo*. Na Comuna do Jau estão referenciadas as nascentes do rio *Lumbiekantuvea*. O rio *Mucuma* nasce na montanha denominada *Ehulu*, e origina a cascata da *Hungueria* próximo da serra denominada por *Vanavelomse* e desagua num dos rios da Comuna do *Cainde*. As águas da nascente *Tuamby*, localizadas no *Hale (Mucuma)*, irrigam a fazenda da *Acajobel*; é ainda de assinalar a nascente de *Chinquerereabastecia* com água de qualidade aceitável (Relatório da Administração Municipal da Chibia, 2008).

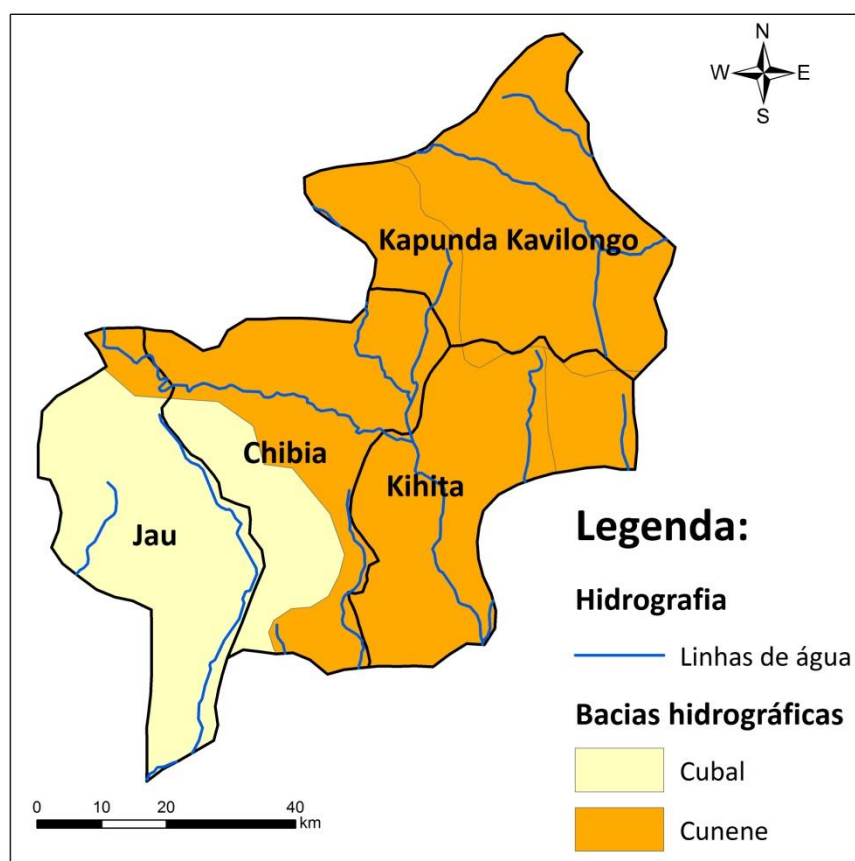


Figura 2.6 – Rede hidrográfica e bacias hidrográficas no município da Chibia.

### 2.6 Solos

Os solos encontrados no município são fundamentalmente de 5 tipos: a) Ferralíticos, representando  $\frac{3}{4}$  dos solos do município; b) Fersialíticos que se encontram na região Sul do município compreendendo as Comunas da Quihita e Jau; c) Os Paraferalíticos, predominam na parte Este do município compreendendo o sector da Lufinda e a Comuna da Kapunda-

## Enquadramento e caracterização da área de estudo

Kavilongo; d) Psamíticos e Cromopsamíticos, são geralmente pouco férteis, apresentam sobretudo interesse para o pasto, predominando na Sede; e) Solos Argilosos, que compreendendo os solos de barros negros se localizam nas áreas da Mutendua, Camana, Tchicutiti e parte da Comuna da Quihita. Estes últimos solos, possuem uma grande capacidade de retenção de água e uma grande capacidade produtiva, por isso, bastante utilizados para a agricultura.

### 2.7 Flora e fauna

No que concerne à flora e à fauna da área em estudo salienta-se que, no passado, se apresentava mais rica em termos de cobertura vegetal bem como na vida animal, sendo actualmente mais restrita em função das transformações antrópicas. De acordo com a Administração Municipal, actualmente, a flora é dominada por formações lenhosas e arbustivas espinhosas. A vegetação predominante é caracterizada por árvores de grande porte que surgem no meio de uma erva rasteira, própria das regiões de transição para o deserto. Esta característica é notável na comuna do Jau que faz fronteira com a província desértica do Namibe, o que já não se verifica nas áreas Leste e Norte. Na zona Oeste, que abrange a parte da serra da Chela, é fundamentalmente ocupada por uma vegetação do tipo *Berlinea*. Na zona Noroeste, entre o Jau e a comuna da Huíla, a vegetação é representada por uma estepe de arbusto. Duas extensas manchas de vegetação constituídas por matos de elementos variados com diversas espécies (uma situada a Sul e outra na zona Sudoeste). Na comuna da *Kapunda-Kavilongo* encontram-se árvores como a *muiumba* e *girassondeque* que fornecem madeira de excelente qualidade. Na sede do município da Chibia e na comuna do Jau verificam-se algumas árvores de eucalipto.

A fauna, embora não reconhecida como uma região particular, engloba, ao longo de todo o seu território, animais de pequeno e grande porte, tais como: coelhos, cabras do mato, *cahines*, macacos, canta pedra e, esporadicamente, podem encontrar-se, na área da *Mutendua*, elefantes e pacaças (Vide Relatório da Administração Municipal Chibia, 2008).

### 2.8 Recursos naturais

O município de Chibia apresenta um vasto conjunto de recursos, quer minerais e florestais, que se apresentam na tabela 2.1.

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

Tabela 2.1 – Tipos de recursos minerais e florestais presentes no Município da Chibia.

Recursos	Tipo	Local
<b>Minerais</b>	Granito negro	Comuna da Kapunda-Kavilongo
	Diamantes	
	Granito azul	Comuna da Quihita
	Platina	
	Caulino	
	Turmalina	Comuna do Jau
	Ouro	
Cal Hidráulica		
<b>Florestais</b>	Carvão	Comunas de Kapunda-Kavilongo e Quihita (exploração artesanal de madeira de Muiumba, Mutiati e Girassonde; exploração artesanal de combustível lenhoso).
	Madeira	
	Adobe	

Embora sem explorações estão reconhecidos no município ocorrência de cobre, berilo, cromo e níquel no Chungo, bem como de pedras ornamentais e granitos vermelhos na Lufinda e no Jau.

### 2.9 Enquadramento histórico da ocupação antrópica

A área da Chibia começou a despertar interesses por parte dos Portugueses por volta de 1880, mercê da fertilidade dos solos adjacentes ao vale do rio Tchipumphunhime, afluente do rio Cunene. O primeiro grupo de Portugueses que se assentou nesta região, atribuiu a denominação Chibia, partindo do nome de um Chefe nativo que se chamava MWENDJA e tinha o pseudónimo de KETYI IVI1, este chefe nativo que se opunha à ocupação colonial, e era irmão do Rei da Tua de nome MBUTA.

O Rei Mbuta esteve ligado a grande Embala do Lupolo que era a Capital do Reino de Mataman que compreendia os reinados de: Ngabwe, Humbi, Tyiteve, Mulondo, Njamba ya Mukwaya, Tyipungu, Tyikomba, Ngola, e Tyilenge (Bonga Capital), todos pertencentes ao Grupo Etnolinguístico Ovanhaneka- Humbi.

A designação de Vila João de Almeida proveio de um colono de raça mista que tinha como missão a consolidação do Forte da Chibia, e daí a abertura de estradas para o Norte, Sul e Oeste para melhor expansão do comércio e da escravatura. Foi João de Almeida quem



## Enquadramento e caracterização da área de estudo

chefiou uma expedição militar que dizimou a resistência dos nativos, chefiada pelo Rei Mbuta e seu irmão Mwendja, refugiados na Serra da Lufinda onde se encontra na actualidade uma Gruta com vestígios históricos da resistência.

Em 1885 iniciou-se a colonização portuguesa que levou à fundação da povoação de *São Pedro da Chibia* em 16 de Setembro desse ano. A zona foi também colonizada por bóeres. Em 30 de Outubro de 1927 foi elevada à categoria de vila e sede municipal, com a designação de *Vila de João de Almeida*. Em 1975 voltou a adoptar a designação de Chibia.

### 2.10 População e demografia

Os dados fornecidos pela Administração Municipal estimam uma população do município de 133.701 habitantes, com uma densidade populacional de 25.3 habitantes/km, sendo que 35,5% (47.474) na residem na Sede; 42,8% (57.227) em Kapunda Kavilongo; 8,9% (12.000) na Quihita e 12,7% (17.000) no Jau, conforme os dados da Tabela 2.2. As estimativas apontam igualmente para que 60% da população do município é do sexo feminino, estando maioritariamente concentrada na comuna Sede e na comuna de Kapunda-Kavilongo.

Conforme indica a tabela 2.4, a população da Chibia é considerada bastante jovem, correspondendo em termos percentuais a aproximadamente: 47% com idade inferior a 15 anos; 1,5% com mais de 65 anos e cerca de 52% em idade activa. Em termos de ocupação cerca de 70% da população do município dedica-se a actividade agro-pecuária.

As estimativas dos principais grupos etnolinguísticos que habitam no município da Chibia aponta para uma representação aproximada de: 70% - Nyaneka Humbi; 15%- Umbundo; 3% - Ganguela; 2% - Tchokwe e 10% para outros grupos.

Tabela 2.2 – Número de habitantes por comuna e sexo.

Comunas	Homens	Mulheres	Total
Chibia (sede)	18 990	28 484	47 474
Kapunda Kavilongo	22 891	34 336	57 227
Jau	6 800	10 200	17 000
Quihita	4 800	7 200	12 000
<b>Total</b>	<b>53 481</b>	<b>80 220</b>	<b>133 701</b>

Tabela 2.3 – Número de habitantes por sexo e idade.

Idade	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
0-4	1 753	1995	3 748
5-9	3 836	3 600	7 436
10-14	4 954	5 066	10 020
15-19	5 751	4 373	10 124
20-24	6 036	6 050	12 086
25-29	6 508	7 135	13 643
30-34	6 358	6 928	13 286
35-39	5 055	5 775	10 830
40-44	5 148	5 390	10 538
45-49	6 223	6 379	13 602
50-54	5 422	6 653	12 075
55-59	5 637	6 273	11 910
> 65 anos	2 319	2 084	4 403
<b>Total</b>	<b>65 000</b>	<b>68 701</b>	<b>133 701</b>

O município possui um considerável número de pessoas vulneráveis sendo 83% (2469) da terceira idade, 14% (429) deficientes físicos, 2% (51) desmobilizados.

A comuna Quihita é a comuna onde estão concentrados o maior número de idosos, seguida da comuna de Kapunda-Kavilongo; a sede do município possui o maior número de deficientes seguida da comuna da Quihita.

### 2.11 Caracterização sócio-económica

Do ponto de vista socioeconómico a população no município dedica-se essencialmente à actividade agro-pecuária, comércio e funcionalismo público (sobretudo nas sedes comunais) nas seguintes proporções:

- Agro-pecuária (80%);
- Funcionalismo Público (10%);
- Comércio (formal e informal) (10%).

Na prática não é possível separar as actividades agrícola e pecuária. A produção agrícola é repartida entre produtos hortícolas (feijão frade, ervilha, ginguba), cereais (milho, massango, massambala, trigo), e frutícolas (mangueiras, goiabeiras, citrinos, mamoeiros). Na

## **Enquadramento e caracterização da área de estudo**

comuna de Kapunda-Kavilongo dominam os cereais, estando concentrados na Sede e na comuna do Jau a produção de hortícolas e frutícolas.

Na pecuária é o gado bovino e o caprino que dominam estando no município contabilizadas 95.000 cabeças de gado.

Na indústria salientam-se as empresas de exploração mineira e algumas empresas panificadoras e moageiras. Neste sector, pode-se destacar o ramo da indústria extractiva de granito negro, localizado nas áreas de Tchicutiti, Comuna de Kapunda-Kavilongo, assim como Kapandi e no Yalo na Comuna da Quihita, onde operam as empresas exploradoras (Angostone, Egal, Roremina, Metarrocha, Granang), com subordinação Central Provincial. Estão implantadas na sede do Município pequenas empresas privadas de panificação e uma de fabrico de gelo. Relativamente ao sector comercial, turismo e hotelaria, existem no Município, 51 edifícios de estabelecimentos comerciais e um estabelecimento hoteleiro localizado na sede deste.

No Município existem localidades de grande interesse para o desenvolvimento turístico, como as cataratas da Hungueria-Jau, Dique da barragem das Gandjelas, açude da Quihita, açude do Jau, Grutas de Kangalongue-Jau, nascente do Tchinquелеle-Jau e as grutas da Lufinda-Kapunda Kavilongo.



Figura 2.7 – Produção de hortícolas na Chibia.



Figura 2.8 – Produção de cereais na comuna do Jau.



Figura 2.9 – Exploração de rochas ornamentais na Kapunda-Kavilongo.



Figura 2.10 Paisagem rural e criação de gado bovino na Quihita.



Figura 2.11 Actividade comercial no Mercado da Chibia Sede.



Figura 2.12 Paisagem rural, com lagoa de apoio à criação de gado no Jau.

## 2.12 Equipamentos e infra-estruturas

O município da Chibia, pelas condições climáticas, pela morfologia e recursos hídricos disponíveis (superficiais e subterrâneos) pode ser considerado município com elevado potencial de armazenamento e distribuição de água para o consumo agrícola, pecuário e humano. Para tal estão disponíveis no município várias infra-estruturas hidráulicas como a barragem da Hunguéria, o açude do Jau, a barragem da Sogandjelas, a barragem da Kapunda-Kavilongo e a barragem da Quihita.

Na Figura 2.13 estão assinaladas as diferentes fontes de abastecimento de água à população. Evidenciam-se o número elevado de bombas que exploram os recursos hídricos subterrâneos, como a presente na Figura. Os locais mais dependentes do abastecimento superficial, com carácter intermitente encontram-se na comuna do Jau, nos sectores da Tchyngonga, Kavambo e Leo, na comuna da Quihita, sectores do Nombwaneno, Nompindo e Vimanha e na comuna de Kapunda-Kavilongo, sectores do Nomgalafa e Olivença-A-Gar.

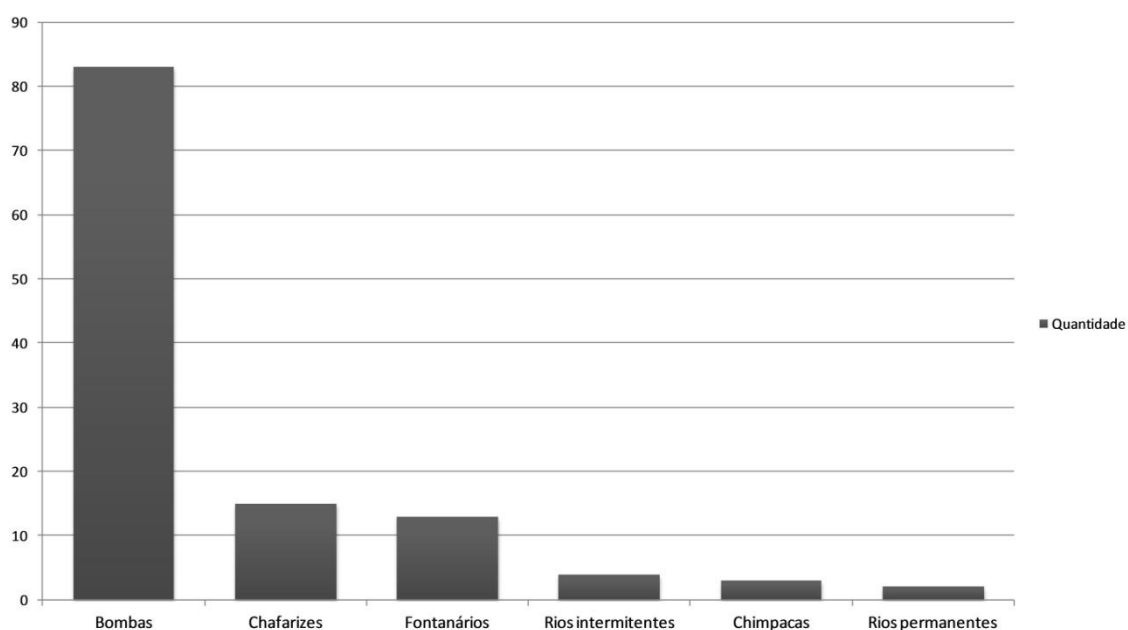


Figura 2.13 – Fontes de abastecimento de água à população.

O município da Chibia é servido por diversos tipos de vias (principais, secundárias), sendo que algumas são asfaltadas e a grande maioria são do tipo terra batida (Figura 2.14). O município da Chibia é atravessado por estrada nacional que liga a província do Cunene à província da Huíla e ao resto país, suporte para um considerável número de trocas comerciais inter províncias e de desenvolvimento do turismo na província e na região.

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

Em relação ao estado de conservação das diversas vias presentes é de notar que a grande maioria das vias se encontram num estado razoável (total de 883 km) e mau (341,5 km). Apenas 25 km de via são considerados como estando num bom estado de conservação.

Quanto à rede ferroviária, o município é atravessado por 2 diferentes linhas férreas: uma que parte de Lubango em direcção ao município de Gambos, mas que se encontra desactivada actualmente; a outra linha também parte de Lubango, com direcção a Kapunda-Kavilongo, encontrando-se ainda activa.

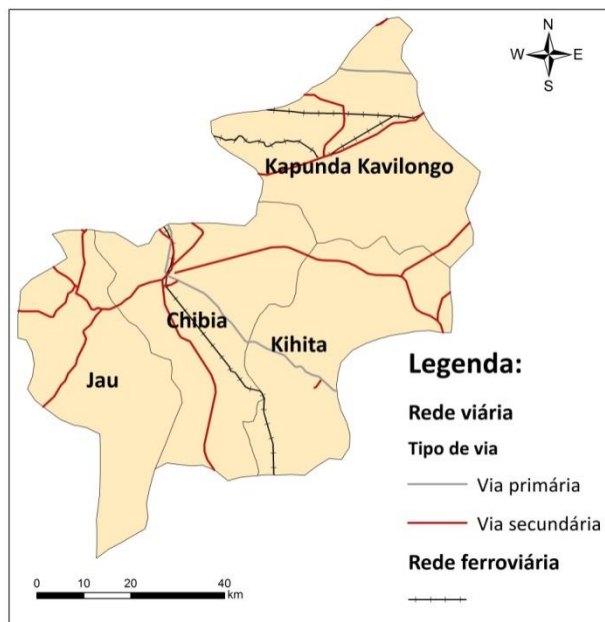


Figura 2.14 – Rede viária e ferroviária no município da Chibia.

Nas Figuras 2.15 a 2.20 aparecem representados diferentes equipamentos do Município da Chibia. O município tem um conjunto largado de equipamentos escolares e de saúde, muito em função do elevado investimento público realizado pela Administração Provincial e Municipal nos últimos anos. Os equipamentos de captação e tratamento de água para o investimento público, tem sido igualmente objecto de investimento público nos últimos anos.

## Enquadramento e caracterização da área de estudo



Fig. 2.15 – Equipamento escolar na comuna do Jau.



Fig. 2.16 – Equipamento escolar na comuna Sede.



Fig. 2.17 – Equipamento de saúde na Kapunda-Kavilongo (centro de saúde).



Fig. 2.18 – Equipamento de saúde na comuna do Jau (posto de saúde).



Fig. 2.19 – Equipamento ambiental na comuna Sede (furo de captação).



Fig. 2.20 – Equipamento ambiental na Sede (estação de tratamento de água).

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

Na Tabela 2.4 aparecem sistematizados os principais equipamentos existentes no município da Chibia e que asseguram funções educativas, de saúde, apoio social, de segurança, ambientais, culturais, de lazer, administrativos, entre outros.

Tabela 2.4 – Lista de equipamentos existentes no Município da Chibia.

Tipo		Número
<b>Equipamentos escolares</b>	Escolas	132
	Centros de formação	1
<b>Equipamentos de saúde</b>	Centros de saúde	14
	Postos de vacinação	5
<b>Equipamentos sociais</b>	Lares de idosos	0
	Creches	5
	Centros de apoio social	1
<b>Equipamentos judiciais ou policiais</b>	Quarteis ou postos	5
	Tribunais ou postos de justiça	1
<b>Equipamentos culturais</b>	Bibliotecas	1
	Cinemas/Locais de espectáculos	1
	Centros recreativos	1
	Clubes ou associações recreativas	1
	Locais de culto	15
<b>Equipamentos ambientais</b>	Captações de água	7
	Estações de tratamento de água	7
	Estações de depósito ou tratamento de resíduos	0
	Postos de distribuição de água para abastecimento público	113
<b>Equipamentos desportivos ou de lazer</b>	Campos de jogos	10
	Pavilhões desportivos	3
	Piscinas ou locais com infra-estruturas para o banho	0
	Parques infantis	1
<b>Equipamentos administrativos</b>	Administração local	1
	Administração regional ou desconcentrada	4
<b>Outros equipamentos</b>	Cemitérios ou locais de enterramentos humanos formais	5
	Mercados formais	3



### **2.13 Caracterização institucional**

De acordo com o Decreto nº 27/2000 de 19 de Maio sobre a orgânica dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais e Comunais, o Governo da Província é o órgão superior da Administração do Estado na Província, respondendo pela sua actividade perante o Conselho de Ministros.

A Administração Municipal é o órgão desconcentrado do poder Administrativo Central que visa assegurar a nível municipal a realização das atribuições da Administração Local do Estado, orientar o desenvolvimento económico e social e assegurar a prestação dos serviços comunitários da respectiva área.

A Administração Municipal da Chibia compreende 4 (quatro) comunas e 22 (vinte e cinco) Sectores.

A estrutura orgânica no município foi criada com base no Decreto-Lei nº 17/10, de 29 de Julho que compreende os órgãos descrito na Figura 2.21.

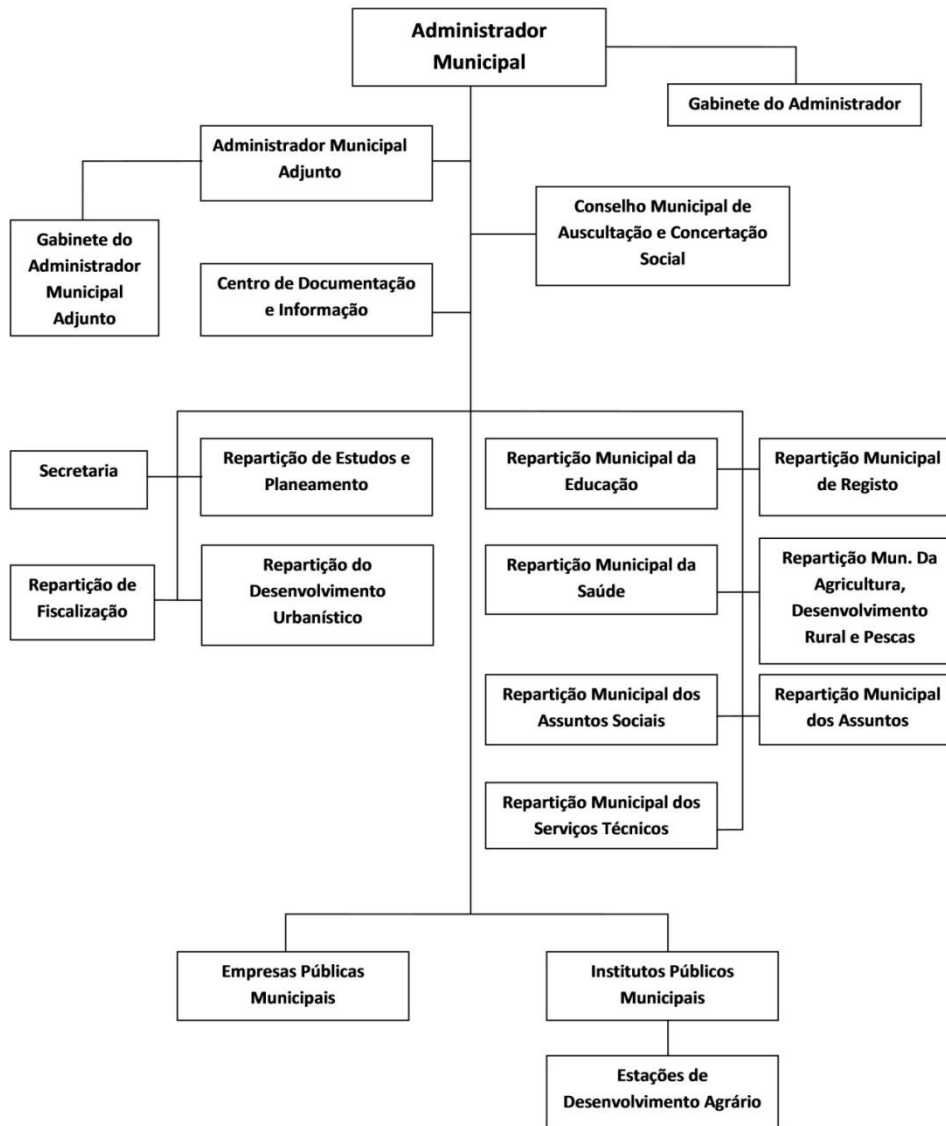


Figura 2.21 – Organograma representativo da estrutura administrativa do município da Chibia.

## Metodologia

## Capítulo 3 – Metodologia

## Metodologia

Para a análise dos vectores que suportam o desenvolvimento sustentável no município da Chibia, Angola, foi desenvolvida uma metodologia investigativa organizada em duas partes. Uma primeira parte que consistiu num diagnóstico ambiental, socioeconómico e de governação do município e uma segunda parte que avaliou as percepções e expectativas dos cidadãos relativamente ao desenvolvimento sustentável.

O diagnóstico estabelecido para o município da Chibia foi suportado por um conjunto de documentos técnicos, como por exemplo: o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012), o Plano de Desenvolvimento Municipal 2013-2017 (Governo Provincial da Huíla, 2012), o Perfil Municipal (Administração Municipal da Chibia, 2014), o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural, Combate à Fome e Redução da Pobreza (Administração Municipal da Chibia, 2013), o Programa de Melhoria dos Serviços de Saúde (Administração Municipal da Chibia, 2013), o Programa de Auscultação à Mulher Rural (Administração Municipal da Chibia, 2013), o Programa de Fomento Agrícola (Administração Municipal da Chibia, 2013), o Programa de Apoio aos Serviços de Educação (Administração Municipal da Chibia, 2013), assim como o Programa Água Para Todos (Administração Municipal da Chibia, 2013).

A caracterização ambiental e socioeconómica foi ainda suportada por documentos de natureza técnico-científica como o Direito Angolano do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Teixeira, 2013).

Para a avaliação ambiental e socioeconómica foram realizadas visitas temáticas às várias comunas e sectores, bem como à sede. Os trabalhos específicos decorreram entre Janeiro de 2013 e Maio de 2014.

Para a caracterização da organização e funcionamento da administração municipal, da administração comunal e do poder tradicional foi consultado o sítio da web do município <http://www.chibia.com/perfil-do-municipio>, o organigrama da administração, bem como a composição do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social (CMACS), criado com base no Decreto-Lei nº 2/07.

A recolha e tratamento de variáveis ambientais, bem como a georreferenciação de equipamentos e serviços existentes no município, permitiram a elaboração de cartografia municipal, tendo-se utilizado o software ArcGis 10.2 (ESRI®).

Após a realização do diagnóstico ambiental, socioeconómico e de governação do município foram definidos, validados e aplicados dois instrumentos para avaliação da percepção e expectativas de dois grupos: os elementos do Conselho Municipal de Auscultação

## Metodologia

e Concertação Social do município da Chibia, e uma amostra dos cidadãos do município. Os instrumentos são constituídos por dois questionários, seguindo Günther (2003).

O instrumento de avaliação 1 (Anexo 1), corresponde a um questionário aplicado a 60 elementos (Tabela 3.1) do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social. A selecção deste grupo resultou da elevada representatividade municipal dos membros, e das funções atribuídas (apoiar a Administração Municipal na apreciação e na tomada de medidas de natureza política, económica e social, no território do respectivo Município).

Tabela 3.1- Representantes do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social.

<b>Elementos</b>	<b>Nº de representantes</b>
Administração Municipal (Administrador e Administrador Adjunto)	2
Administradores Comuns (e de sector)	4
Repartições Municipais	6
Representantes de Partidos Políticos e de Coligações de	3
Representantes das Autoridades Tradicionais	13
Representantes do sector Empresarial Público e Privado	13
Representantes das Associações de Camponeses	7
Representantes das Igrejas reconhecidas por Lei	3
Representantes das Organizações não Governamentais	3
Representantes das Associações Profissionais	2
Representantes do Conselho Municipal da Juventude	3
Total	60

O 1º grupo de questões procurava a caracterização do entrevistado (identificação, contacto, local de residência, actividade profissional, confissão religiosa – resposta facultativa - local de trabalho, número de anos residente no município e de membro do Conselho).

O 2º grupo de questões, de escolha múltipla, procura caracterizar como os inquiridos vêem o município, e identificam os principais problemas ambientais, sociais, económicos e de governação.

O 3º grupo de questões, sob a forma de escalas de Lickert, avalia as expectativas dos inquiridos sobre a dinâmica da população, aspectos ambientais, sociais, económicos e de governação no município da Chibia.

O 4º grupo de questões, sob a forma de perguntas fechadas de escolha múltipla, avalia as principais opções de investimento imediato nos diferentes sectores de actividade, bem como em serviços, equipamentos e infra-estruturas.

O tempo de resposta aproximada é de 30 minutos, sendo os resultados tratados de forma anónima e confidencial. O questionário foi auto-administrado tendo a aplicação

## **Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios**

decorrido em Abril de 2013. Os dados produzidos são tratados recorrendo aos recursos estatísticos e gráficos do software Microsoft Excel 2010®.

O instrumento de avaliação 2 (Anexo 2) corresponde a um questionário aplicado a uma amostra de 120 elementos da população do município da Chibia, Angola, com idade superior a 18 anos. A distribuição da amostra fez-se pelas diferentes comunas, assegurando uma representatividade de pelo menos 30 inquiridos. A amostra repartiu-se por 71 elementos do sexo masculino e 49 do sexo feminino. O inquérito decorreu em Novembro de 2013, sendo aplicado nas diferentes comunas, sectores, localidades e aldeias, de forma a assegurar a melhor repartição espacial e a optimização dos recursos de aplicação.

O questionário está organizado por um grupo de questões que caracterizam o entrevistado (idade, sexo, local de residência, actividade profissional, local de trabalho, e grau de literacia), e por um grupo de 4 questões sobre percepções e expectativas dos inquiridos sobre o quadro de referência ambiental e as estratégias de desenvolvimento sustentável para o município.

Atendendo à elevada taxa de analfabetismo municipal as quatro questões sobre as percepções e expectativas dos inquiridos utilizaram pictogramas, procurando facilitar o reconhecimento das perguntas. A utilização desta técnica de inquérito está suportada por trabalhos anteriores como os de Rother (2008), Banda & Sichilongo (2012).

A Questão 1 levava os inquiridos a classificar o local em que vivem, de acordo com 8 opções.

A Questão 2 procurava que os inquiridos identificassem os principais problemas que afectam o município da Chibia, a partir de 12 opções.

A Questão 3 levava os inquiridos a concordar ou discordar de 8 frases que mostram as práticas e vivências dos inquiridos.

A Questão 4 procura que os inquiridos seleccionassem as 4 acções mais importantes a implementar no município, do ponto de vista ambiental, socioeconómico ou de governação. O tempo de resposta aproximada é de cerca de 20 minutos, sendo os resultados tratados de forma anónima e confidencial. Os dados produzidos são tratados recorrendo aos recursos estatísticos e gráficos do software Microsoft Excel 2010®.

Com o tratamento dos dados obtidos nos dois instrumentos foi possível realizar uma análise das percepções e expectativas da população do município da Chibia sobre as formas, instrumentos e nível de participação nas acções de desenvolvimento sustentável.



## Metodologia

Como trabalho prévio organizaram-se nove diferentes classes de referenciais, e que resultaram da associação dos vários aspectos questionado e que que sobressaíram das respostas aos instrumentos de análise 1 e 2. Foram assim consideradas as seguintes classes:

- **Administração e participação cívica**, onde se destacam aspectos de qualidade, ética e eficiência dos serviços prestados, tal como o envolvimento entre os vários sectores;
- **Ambiente e ordenamento**, representando os valores naturais bióticos e abióticos, o território, paisagem, morfologia e clima, a agricultura, a floresta, bem como os parâmetros relacionados com o ordenamento do território;
- **Economia**, abrangendo um conjunto de variáveis, como o nível de emprego, o investimento, a qualidade da vida da população;
- **Educação**, associando aspectos relacionados com o sistema escolar, nomeadamente no número de escolas e professores e auxiliares de educação;
- **Equipamentos e infra-estruturas**, incluindo equipamentos de serviços (administração, apoio social, educação, finanças, saúde), equipamentos de desporto ou lazer, assim como infra-estruturas (distribuição eléctrica, distribuição de água, habitações) e a rede viária;
- **Saúde**, incluindo os parâmetros como a qualidade da saúde pública e dos serviços prestados, bem como o número de médicos, enfermeiros e agentes sanitários;
- **Segurança e ordem pública**, sendo associados aspectos como a violência, roubos e assaltos assim como a qualidade e quantidade de efectivos policiais;
- **Solidariedade e integração social**, realçando problemas sociais como a pobreza e o isolamento das comunidades;
- **Transportes e comunicações**, representando as questões de acessibilidade no município (sectores, comunas e sede) e, relacionado com as comunicações, aspectos como cobertura de sinal de TV e rede de telefone e telemóvel.

Com os resultados produzidos procedeu-se a uma classificação sistemática das potencialidades e fragilidades encontradas, assim como o que poderá resultar da aplicação de acções de desenvolvimento sustentável no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (MPDT, 2012).

Para esta análise recorreu-se à ferramenta de gestão comumente designada por Análise SWOT ou Análise FOFA. Este recurso é considerado bastante eficiente para identificar pontos fortes e fracos, assim como examinar as oportunidades e ameaças resultante da

implementação de acções específicas ou de políticas públicas (Lozano & Valles, 2007; Monteiro, 2012).

Este instrumento de análise foi desenvolvido por Andrews & Christensen, na década de 1970, possibilitando a identificação das Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças) de um projecto, empreendimento ou estratégia. Na Figura 3.1 aparece a representação esquemática do instrumento de análise utilizado, no qual as duas componentes principais da análise são os indicadores da situação interna, ou pré-existente, descritos pela existência de forças e fraquezas e os indicadores do ambiente externo, ou a adquirir, descritos pela existência de oportunidades e ameaças (Markovska *et al.*, 2009; Guiné *et al.*, 2010). Assim, através da identificação dos pontos fortes, das fraquezas, das oportunidades e das ameaças, é possível para o município da Chibia definir, consensualizar e implementar acções de desenvolvimento sustentável.



Figura 3.1 – Esquema geral da análise SWOT.

## Resultados

## Capítulo 4 – Resultados

## Resultados

#### 4.1 Percepções e expectativas dos actores locais

A aplicação do instrumento de análise 1 aos elementos do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social (CMACS), enquanto fórum alargado de actores do município da Chibia, e constituído por elementos das instituições de governação, administradores políticos e tradicionais, representantes do partidos políticos, representantes das igrejas locais, elementos da sociedade civil e representantes económicos permitiu identificar um conjunto de percepções sobre o município, sublinhar os principais problemas municipais, apontar as principais expectativas e apresentar acções de resposta imediata para promover o desenvolvimento sustentável.

Quando questionados os elementos do CMACS sobre como vêem e caracterizam o município da Chibia, a larga maioria considera a beleza como valor imaterial principal do município, valoriza positivamente o estado do ambiente e dos indicadores associados, assim como atribui aos residentes do município qualidade de vida (Figura 4.1).

Verifica-se assim um conjugar de respostas que sublinham os valores de amenidade do município (beleza, bom ambiente, qualidade de vida e tranquilidade) assim como diferenciam as características ambientais genéricas (bom ambiente) do estado dos recursos endógenos do município (boas condições para a agricultura e pecuária, e quantidade e qualidade dos recursos hídricos). É ainda de realçar que, para os entrevistados, os serviços de apoio social e de saúde, assim como o emprego, não caracterizam o município, o que pode evidenciar carências nestes sectores.

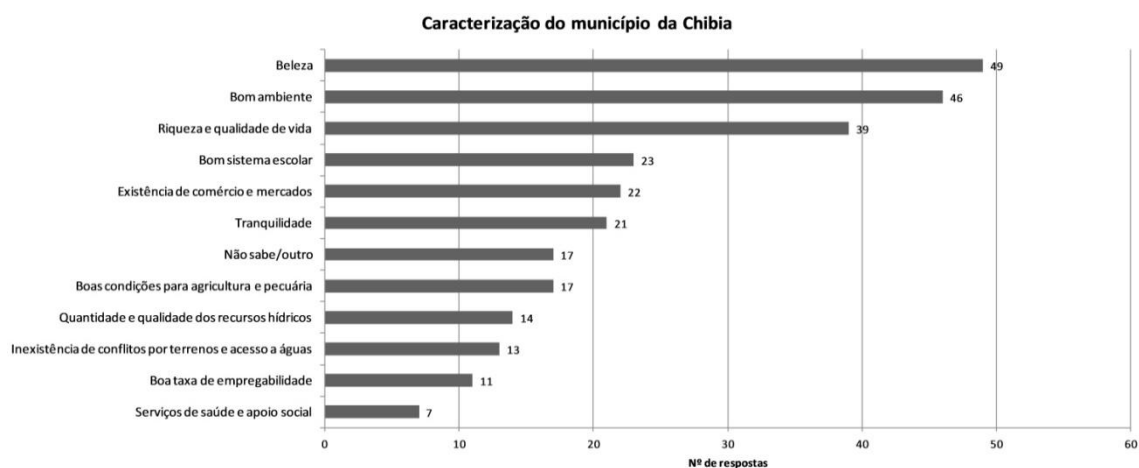


Figura 4.1 – Caracterização do município da Chibia pelos membros do CMACS.

A avaliação dos problemas ambientais específicos transparece na Figura 4.2. Os resultados fazem salientar um conjunto de aspectos ligados ao mundo rural (corte da floresta

## Resultados

e desmatção, secas, degradação da paisagem rural ou acesso a água a partir de chimpacas e nascentes, abandono agrícola), assim como um conjunto de aspectos relacionados com o ambiente urbano (urbanização desordenada, limpeza das ruas e mercados, recolha de lixos, ou cobertura da ETAR). Ressaltam ainda na avaliação do ambiente as preocupações com a gestão dos recursos hídricos (qualidade e quantidade da água para abastecimento da população, acesso da água a chimpacas e nascentes, ou poluição de rios e albufeiras), assim como sobre a gestão de resíduos em áreas urbanas (limpeza das ruas e mercados, recolha de lixo nos aglomerados, cobertura da ETAR) em contrastes com a baixa valorização dos resíduos da indústria extractiva.

Pode-se ainda considerar que os processos de poluição estão moderadamente presentes na percepção dos inquiridos (poluição atmosférica por poeira, poluição de rios e albufeiras, ruído industrial e de tráfego), assim como os riscos de origem natural, para além das secas, não constituem igualmente uma fonte de preocupação principal dos elementos do CMACS (queimadas e incêndios, cheias e inundações).

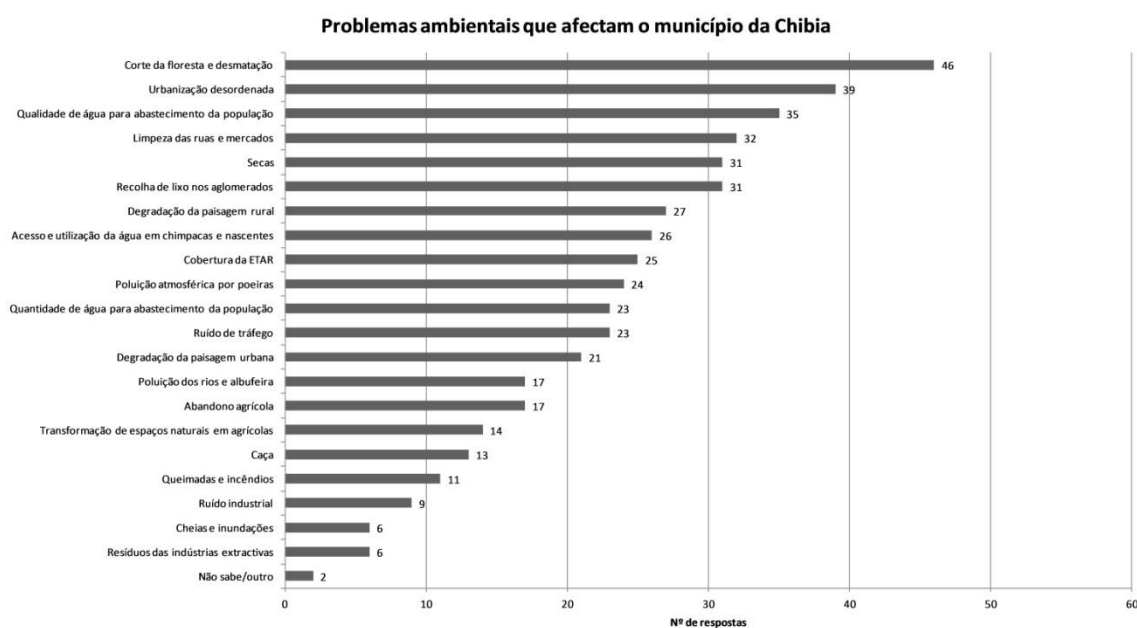


Figura 4.2 – Problemas ambientais que afectam o município da Chibia.

Na Figura 4.3 transparecem os resultados da percepção sobre os problemas sociais do município da Chibia. Os dados salientam a pobreza e o apoio aos mais desfavorecidos como um problema principal, não surgindo o isolamento das comunidades como um factor de preocupação social. Ressaltam ainda nas preocupações sociais as políticas associadas à educação, como o número de equipamentos escolares e pré-escolares, o número de professores e auxiliares, ou o nível da formação da população. É considerado um problema social a falta de cobertura dos meios de comunicação, assim como os acidentes de viação,

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

decorrentes, ou não, das condições das vias e do comportamento dos condutores de motociclos, e viaturas ligeiras e pesadas. As questões relacionadas com a segurança são igualmente valorizadas pelos membros do CMACS (qualidade e número dos efectivos policiais, roubos e assaltos nas comunidades urbanas e rurais). A qualidade e disponibilidade do parque habitacional parece moderadamente valorizado pelos inquiridos, independentemente da consideração da existência da degradação do ambiente urbano ou rural (Figura 4.2).

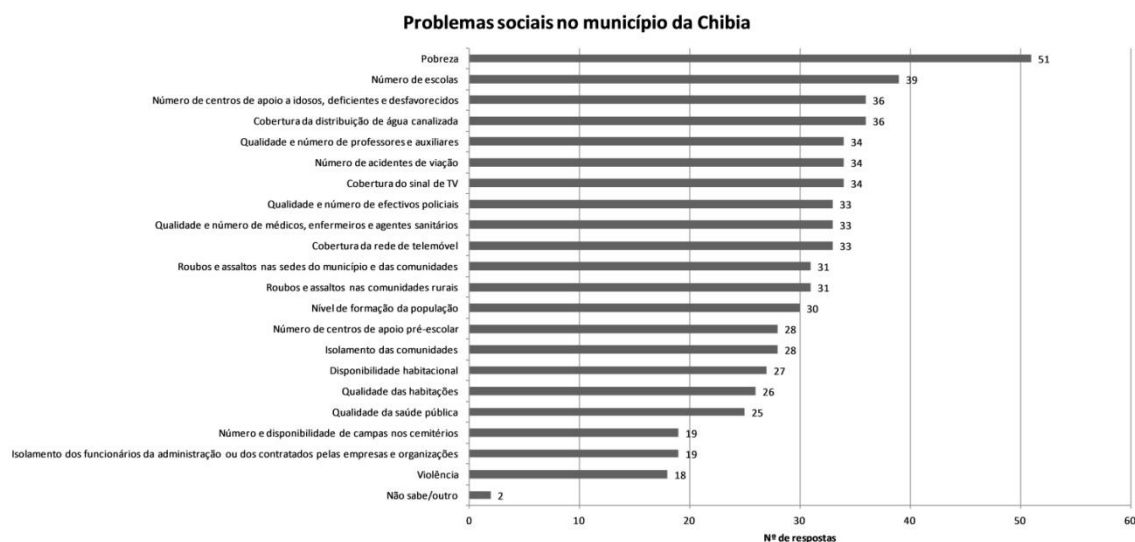


Figura 4.3 – Problemas sociais no município da Chibia.

Na Figura 4.4 aparecem os resultados sobre os problemas económicos identificados na Chibia, pelos elementos do CMACS. São salientados aspectos que representam alguma falta de dinamismo económico (número de instituições bancárias, número de postos de abastecimento e distribuição de combustíveis, cobertura e qualidade da distribuição de energia eléctrica). Constituem ainda aspectos negativos o nível de emprego, nomeadamente do desemprego jovem e não qualificado, relacionado em parte pelo reduzido investimento público ou privado, ou ao baixo associativismo. Ressalta igualmente como problema maior a qualidade das comunicações e acessibilidade, em função da qualidade e conservação de vias, da distância entre aglomerados, ou da cobertura da rede telefónica e eléctrica.

É de salientar na Figura 4.4 a reduzida expressão dos inquiridos que apontam os estabelecimentos comerciais ou mercados, assim como os seus promotores, como um problema, independentemente de como já referido se sentirem problemas de investimento económico e associativismo dos promotores públicos ou privados.

Na Figura 4.5 aparecem os resultados dos problemas associados à governação por parte do CMACS. Os resultados estão associados essencialmente à manutenção de infra-estruturas (estradas e vias terciárias, pontes e pontecos, sistemas de captação e distribuição de água), bem como de reduzido equipamento de apoio social a população desfavorecida e



## Resultados

educativos. São igualmente valorizados os problemas associados à limpeza de espaços públicos e recolha de resíduos.

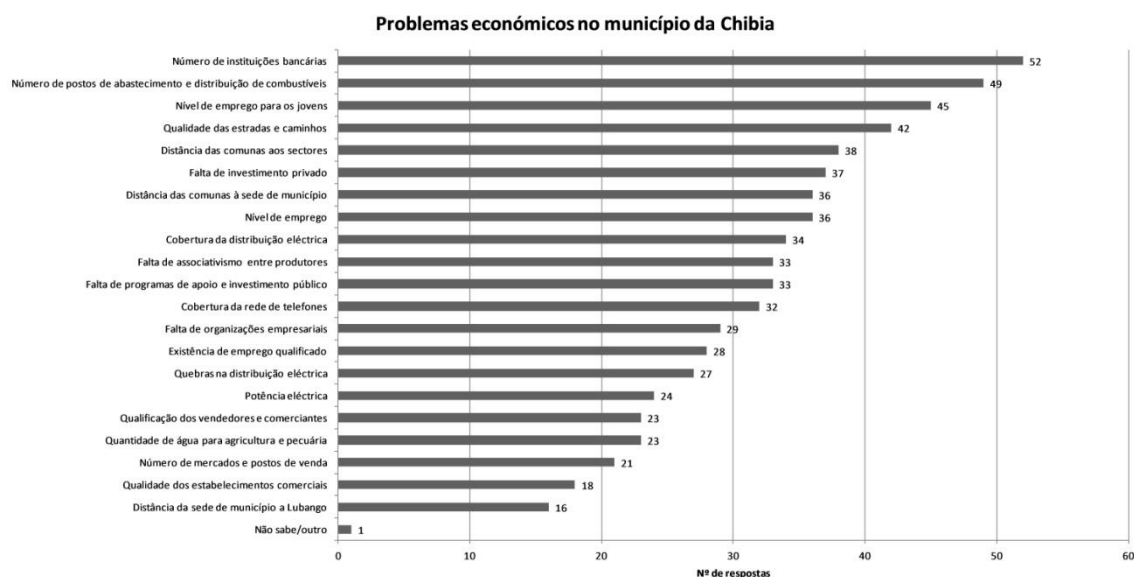


Figura 4.4 – Problemas económicos no município da Chibia.

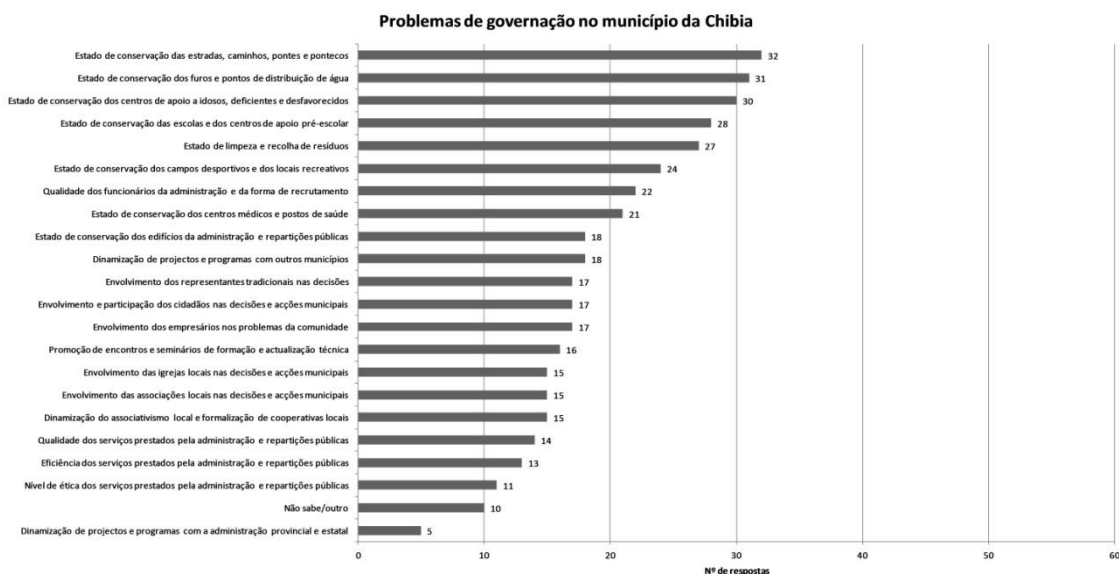


Figura 4.5 – Problemas de governação no município da Chibia.

Com expressão menor, portanto pouco valorizados pelos inquiridos, aparecem as questões relacionadas com o envolvimento dos diferentes grupos nos processos da administração, assim como os mecanismos de participação pública e envolvimento associativo ou a eficiência e ética dos serviços da administração.

A análise das expectativas do Conselho Municipal (CMACS) faz salientar na dinâmica da população a necessidade de assegurar melhores condições de emprego, de acessos e circulação no espaço municipal, assim como assegurar o acesso a melhores habitações na sede

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

do município (Figura 4.6). Não são valorizadas na dinâmica populacional as migrações internas e externas.

Em contraste com esta distinta valorização da importância da evolução demográfica, fluxos e acessibilidade, surgem as elevadas expectativas sobre as questões ambientais (Figura 4.7). Existe assim por parte dos inquiridos uma expectativa de melhoria da qualidade e quantidade e acesso aos recursos hídrico, na recolha do lixo, no ordenamento urbano e gestão dos recursos florestais e naturais, assim com o incremento do potencial agrícola e pecuário.



Figura 4.6 – Expectativas sobre a dinâmica da população no município da Chibia.

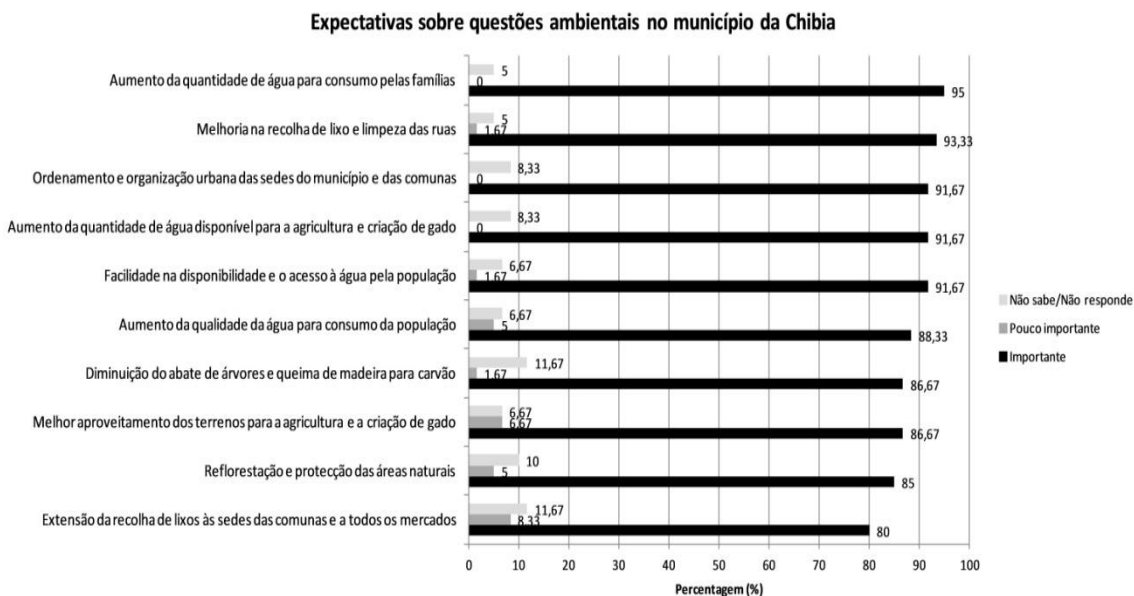


Figura 4.7 – Expectativas sobre questões ambientais no município da Chibia.

## Resultados

Os inquiridos apresentam sobre as questões sociais (Figura 4.8) expectativas quer ao nível do acesso e melhorias dos indicadores relacionados com a educação e saúde, assim como no acesso a condições básicas de qualidade de vida (água canalizada, energia eléctrica). São ainda considerados como muito importantes pelos elementos do CMACS a formação e qualificação (aumento do nível da formação e escolarização e participação social da mulher do desenvolvimento). As questões sociais relacionadas com os conflitos e segurança apresentam genericamente uma menor valorização pelo conjunto dos inquiridos.

Sobre as expectativas de desenvolvimento económico, os elementos do CMACS salientam a importância das políticas de emprego e valorização do trabalho, assim como o investimento e organização/associação de projectos públicos e privados (Figura 4.9). São considerados de menor importância o aumento de impostos e taxas pela administração, o que faz salientar a participação do sector privado no investimento para o desenvolvimento sustentável.



Figura 4.8 – Expectativas sobre questões sociais no município da Chibia.

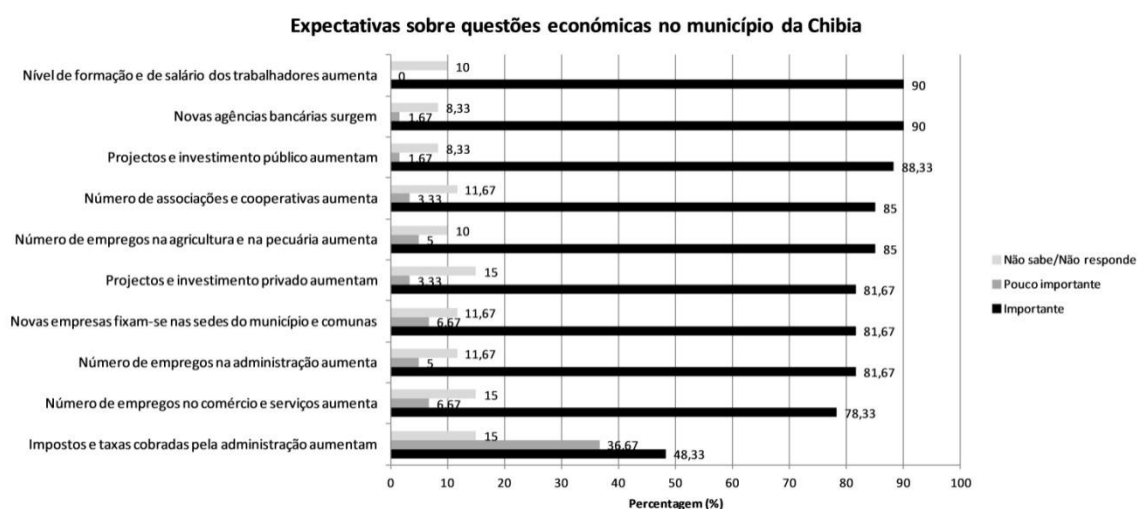


Figura 4.9 – Expectativas sobre questões económicas no município da Chibia.

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

Quanto às expectativas relacionadas com a governação e o desempenho da administração, os inquiridos salientam (Figura 4.10), a importância de uma maior proximidade entre a administração municipal e comunal, assim como com a população, o aumento da participação dos diferentes actores locais nos processos de decisão da administração. É considerada de menor importância o aumento da eficiência dos processos da administração, o que configura um elevado grau de aceitabilidade da forma de funcionamento existente.

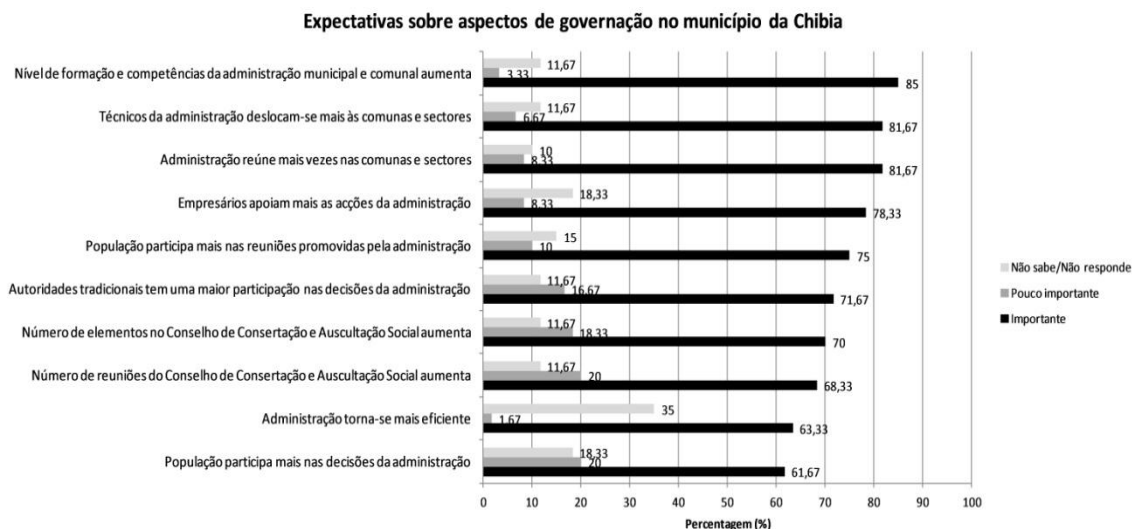


Figura 4.10 – Expectativas sobre aspectos de governação no município da Chibia.

Nas opções de investimento imediato para resolver os problemas mais prementes do município os elementos do Conselho Municipal (CMACS) optam pela aplicação de recursos na educação (Tabela 4.1). Este sector surge como fundamental associado a investimentos na saúde e em políticas de criação de emprego. O investimento nos grupos sociais mais desfavorecidos tem uma expectativa moderada pelo conjunto dos inquiridos, assim como o investimento na protecção ambiental. Há assim uma valorização das políticas públicas para satisfação das condições básicas da população, em detrimento de acções de promoção da cultura/lazer e da segurança.

Há nestes resultados uma hierarquização de prioridades, em função da identificação dos problemas e expectativas aparentadas anteriormente.

De acordo com os resultados da Tabela 4.2 os equipamentos e infra-estruturas que necessitam de maior investimento imediato são novamente os associados ao sector da educação e saúde. É ainda de referir os investimentos nas infra-estruturas viárias de conectividade municipal e supra-municipal, assim como nos serviços relacionados com os transportes.

## Resultados

Tabela 4.1 – Opções de investimento nos diferentes sectores no município da Chibia.

Opções de investimento imediato em diferentes sectores	Nº de respostas	Classe
Aplicação de recursos na educação	42	Educação
Aplicação de recursos na saúde	29	Saúde
Aplicação de recursos na criação de empregos	28	Economia
Aplicação de recursos no apoio aos desfavorecidos	22	Solidariedade e integração social
Aplicação de recursos na protecção do ambiente	17	Ambiente e ordenamento
Aplicação de recursos no desporto	7	Administração e participação cívica
Aplicação de recursos na segurança	3	Segurança e ordem pública
Aplicação de recursos em festas e espectáculos	2	Administração e participação cívica

Tabela 4.2 – Opções de investimento em serviços, equipamentos e infra-estruturas no município da Chibia.

Opções de investimento imediato em serviços, equipamentos e infra-estruturas	Nº de respostas	Classe
Apoio aos alunos desfavorecidos com bolsas	37	Solidariedade e integração social
Melhoramento de serviços de internamento de doentes	30	Saúde
Melhoramento de estradas e caminhos	25	Transportes e comunicações
Melhoramento de cantinas escolares	15	Educação
Apoio na distribuição e conservação de medicamentos e vacinas	14	Saúde
Apoio nos serviços de transporte colectivo entre os sectores, comunas e sede	13	Transportes e comunicações
Apoio no transporte escolar de alunos	12	Educação
Colocação de contentores para recolha de lixo nas comunas e sede	10	Ambiente e ordenamento

### 4.2 Percepções e expectativas dos cidadãos

A aplicação do instrumento de análise 2 a uma amostra de 120 cidadãos do município, com uma repartição de 30 inquiridos em cada comuna e na sede, possibilitou uma caracterização das percepções existentes sobre o município, identificar os principais problemas e as principais expectativas, assim como seleccionar as acções fundamentais que os munícipes consideram relevantes para um desenvolvimento sustentável.

De acordo com a pergunta 1 do questionário os cidadãos (Tabela 4.3) identificaram, na generalidade, a amenidade territorial como um dos principais valores do município (tranquilidade, beleza, bom ambiente, qualidade de vida e inexistência de conflitos por terrenos e acesso à água), assim como existência de recursos hídricos em qualidade e

## **Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios**

quantidade. Valorizam-se assim essencialmente as percepções ligadas aos sectores da segurança e ao ambiente e ordenamento, e em menor grau à economia (em especial o nível de emprego) e aos serviços básicos (educação e saúde).

Quando analisados os resultados comuna a comuna, verificam-se algumas diferenças territoriais como: uma mais baixa percepção dos recursos hídricos na Sede e na comuna do Jau; uma maior valorização do consenso sobre o acesso ao território e água na comuna de Kapunda-Kavilongo; a consideração dos recursos associados à actividade comercial na Sede a par de uma baixa percepção sobre a disponibilidade de serviços de saúde a apoio social; a percepção de disponibilidade de recursos e qualidade de vida na comuna do Jau; a menor percepção da qualidade do ambiente na comuna da Quihita. Observam-se assim distinções territoriais da percepção que devem ser enquadradas nos vectores de desenvolvimento e nas acções que visam a sustentabilidade territorial do município da Chibia.

Na Tabela 4.4 aparecem expressos os resultados totais e para cada comuna sobre os principais problemas que os cidadãos identificam no município. No topo dos problemas os inquiridos identificaram questões relacionadas com a educação (falta de escolas com construção definitiva e professores) e saúde (falta de centros de saúde e de enfermeiros e médicos); esta apreciação é comum a todas as comunas. As questões relacionadas com a falta de emprego são valorizadas no conjunto do município, embora com menor incidência na comuna do Jau.

O acesso e qualidade da cobertura e distribuição eléctrica e da rede de TV e telemóvel são apontados pela maioria dos inquiridos, sendo a primeira preocupação muito valorizada na Quihita e a segunda na comuna de Kapunda-Kavilongo. As questões ambientais (corte e desmatagem, falta de água para a agricultura, falta de limpeza das ruas e recolha de lixo ou urbanização desordenada) são apresentadas como problemas no município, embora com menor relevância na comuna de Kapunda-Kavilongo. É ainda nesta comuna que se salientam as principais preocupações relativas sobre a degradação das estradas, caminhos e pontes. O corte de floresta e desmatagem assim como a falta de cobertura e distribuição de água potável são salientados como problema essencialmente na comuna Sede. A comuna de Kapunda-Kavilongo não valoriza os problemas com a cobertura e distribuição de água potável, assim como a comuna do Jau desvaloriza as acções de limpeza das ruas e recolha de lixo. A qualidade dos funcionários da administração não é considerado um problema para a larga maioria dos inquiridos.

Na Figura 4.11 expressam-se os resultados de concordância/discordância dos residentes no município da Chibia sobre frases tipo das práticas e vivências locais. A larga maioria dos inquiridos salientam que município é um bom local para viver em família, assim

## Resultados

como valorizam os recursos naturais (terrenos-solos) para a agricultura e pecuária. Entre ¼ e ½ dos inquiridos salientam a existência de problemas relacionados com a segurança de pessoas e bens, bem como as acessibilidades e meios de transporte disponíveis; são igualmente salientadas as questões de limpeza e qualidade da água, os apoios sociais aos mais desfavorecidos; o menor número de respostas de concordância associam-se aos níveis de desenvolvimento e às oportunidades para os jovens.

As comunas Sede e do Jau assumem uma menor dependência da distância à cidade do Lubango e dos meios de transporte, assim como apresentam uma maior qualificação ambiental relacionada com a limpeza e qualidade da água. A comuna de Kapunda-Kavilongo apresenta-se como a mais segura (assaltos e roubos) e aquela em que os residentes consideram que o nível de desenvolvimento não aumentou e as pessoas não vivem melhor. O apoio aos mais desfavorecidos pela administração é reconhecido mais positivamente nas comunas de Kapunda-Kavilongo e do Jau, e menos na Sede e na Quihita.

Tabela 4.3 – Respostas em cada comuna sobre a caracterização do município da Chibia.

Caracterização do município da Chibia	Nº de respostas					Classe
	Sede	Kap-Kavil.	Quihita	Jau	TOTAL	
Tranquilidade	27	28	28	29	112	Segurança e ordem pública
Beleza	28	27	25	29	110	Ambiente e ordenamento
Bom ambiente	25	21	19	24	89	Ambiente e ordenamento
Quantidade e qualidade dos recursos hídricos	18	21	22	15	76	Ambiente e ordenamento
Inexistência de conflitos por terrenos e acesso a águas	17	16	24	17	74	Ambiente e ordenamento
Existência de comércio e mercados	28	15	11	15	69	Economia
Riqueza e qualidade de vida	16	13	10	22	61	Economia
Bons serviços de saúde e apoio social	3	11	14	14	42	Saúde
Bom sistema escolar	0	9	13	7	29	Educação
Boa taxa de empregabilidade	9	3	7	8	27	Economia
Não sabe/outro	0	0	0	0	0	

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

Tabela 4.4 - Principais problemas que afectam o município da Chibia.

Principais problemas que afectam o município da Chibia	Nº de respostas					Classe
	Sede	Kap-Kavil.	Quihita	Jau	TOTAL	
Falta de escolas com construção definitiva e professores	21	26	23	23	93	Educação
Falta de centros de saúde e de enfermeiros ou médicos	21	20	23	20	84	Saúde
Falta de emprego	18	21	12	23	74	Economia
Falta de cobertura e distribuição eléctrica	16	18	20	17	71	Equipamentos e infra-estruturas
Falta de cobertura da rede de TV e telemóvel	13	25	19	13	70	Transportes e comunicações
Corte da floresta e desmatção	22	11	17	19	69	Ambiente e ordenamento
Falta de água para agricultura e criação de gado	19	13	17	19	68	Ambiente e ordenamento
Falta de limpeza das ruas e recolha de lixo	15	15	17	6	53	Ambiente e ordenamento
Degradação da qualidade das estradas, caminhos e pontes	9	20	8	14	51	Equipamentos e infra-estruturas
Urbanização desordenada	16	12	11	9	48	Ambiente e ordenamento
Falta de cobertura e distribuição de água potável	19	5	9	12	45	Equipamentos e infra-estruturas
Baixa qualidade dos funcionários da administração	5	0	3	0	8	Administração e participação cívica
Não sabe/Não responde	0	0	0	0	0	

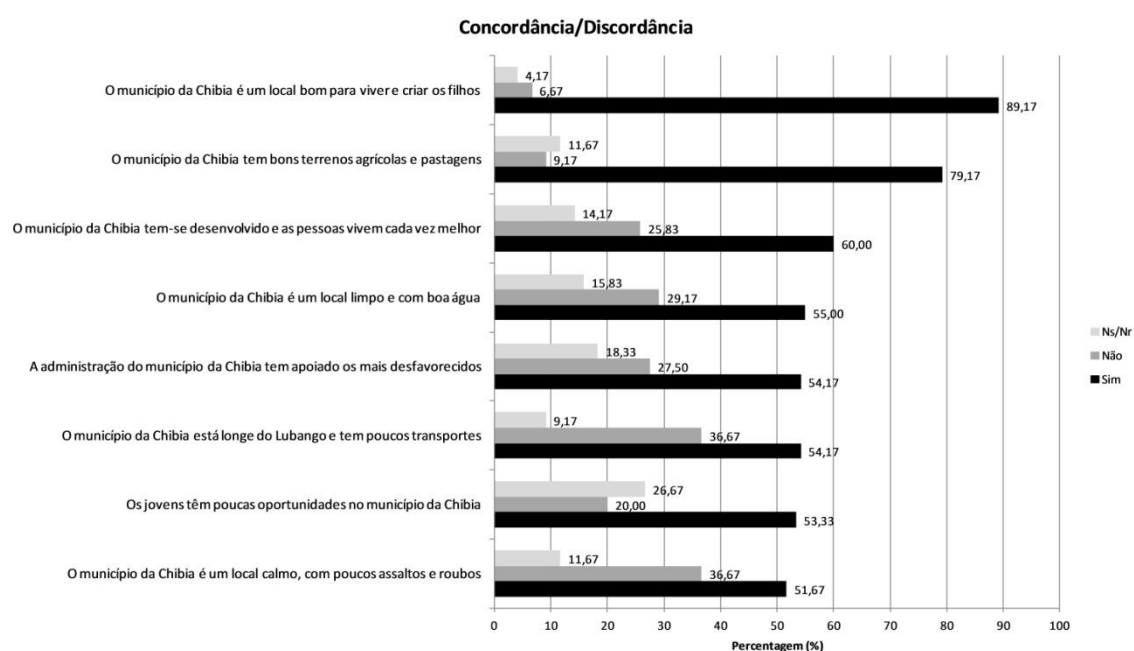


Figura 4.11 – Percentagem de respostas sobre as questões de concordância e discordância.



## Resultados

Tabela 4.5 - Questões de concordância e discordância sobre vivências e práticas em cada comuna.

Concordância/Discordância	Nº de respostas											
	Sede			Kap-Kavil.			Quihita			Jau		
	Sim	Não	Ns/Nr	Sim	Não	Ns/Nr	Sim	Não	Ns/Nr	Sim	Não	Ns/Nr
O município da Chibia é um local bom para viver e criar os filhos	30	0	0	23	6	1	26	2	2	28	0	2
O município da Chibia está longe do Lubango e tem poucos transportes	10	20	0	25	3	2	15	7	8	15	14	1
O município da Chibia é um local calmo, com poucos assaltos e roubos	16	10	4	21	5	4	14	12	4	11	17	2
O município da Chibia tem-se desenvolvido e as pessoas vivem cada vez melhor	21	5	4	11	13	6	16	9	5	24	4	2
A administração do município da Chibia tem apoiado os mais desfavorecidos	12	11	7	18	6	6	14	11	5	21	5	4
Os jovens têm poucas oportunidades no município da Chibia	17	10	3	18	5	7	19	7	4	10	2	18
O município da Chibia é um local limpo e com boa água	21	8	1	13	11	6	15	9	6	17	7	6
O município da Chibia tem bons terrenos agrícolas e pastagens.	27	2	1	21	3	6	24	1	5	23	5	2

Quando os inquiridos apontam as principais acções a realizar no município para atingir as metas do desenvolvimento sustentável (Figura 4.12), a maioria das respostas salientam o investimento em equipamentos e recursos relacionados com a educação e saúde. São ainda salientadas as acções para criação de mais empregos, ou para melhorar as vias (estradas e pontes).

A maioria dos inquiridos salienta assim a necessidade de mais e melhores infra-estruturas e equipamentos, a par de algumas acções de desenvolvimento económico, e de forma quase residual é sugerida a realização de acções de desenvolvimento institucional e participação dos cidadãos (administração e participação cívica).

A análise por comuna demonstra resultados diferenciados na opção das populações para o desenvolvimento (Tabela 4.6). A comuna de Kapunda-Kavilongo valoriza em maior grau a necessidade de requalificação das vias de comunicação e a construção de novas estradas, em oposição à manifestação dos interesses dos residentes na Quihita. A necessidade de criação de empregos e de apoiar políticas dirigidas aos jovens são essencialmente salientadas pelos residentes na Sede e Kapunda-Kavilongo, sendo a necessidade de apoiar os agricultores valorizada essencialmente na Sede e no Jau.

### **4.3 Síntese dos resultados**

Os resultados agora apresentados sugerem uma concordância genérica entre os dois grupos (CMACS e população), em que salientam as políticas relacionadas com a educação e saúde, com a necessidade de criação de empregos, nomeadamente para jovens, e a valorização salarial, com a necessidade de investimento público e privado de estímulo à economia. Com igual expressão nos resultados dos dois questionários surgem as preocupações com questões ambientais como a gestão dos recursos hídricos e dos resíduos. As políticas de melhoria de processos administrativos e da governação, assim como a participação, não constituem preocupações maiores para o conjunto dos inquiridos.

Verificam-se no conjunto dos resultados algumas diferenças nas percepções das populações, em função do estado ambiental actual e sócio-económico local, mas também de factores como o acesso e qualidade dos serviços, as acessibilidade e meios de comunicação disponíveis, a existência de projectos económicos geradores de emprego, mas também de satisfação sobre os indicadores básicos de qualidade de vida, bem como sobre as políticas de ordenamento.

## Resultados

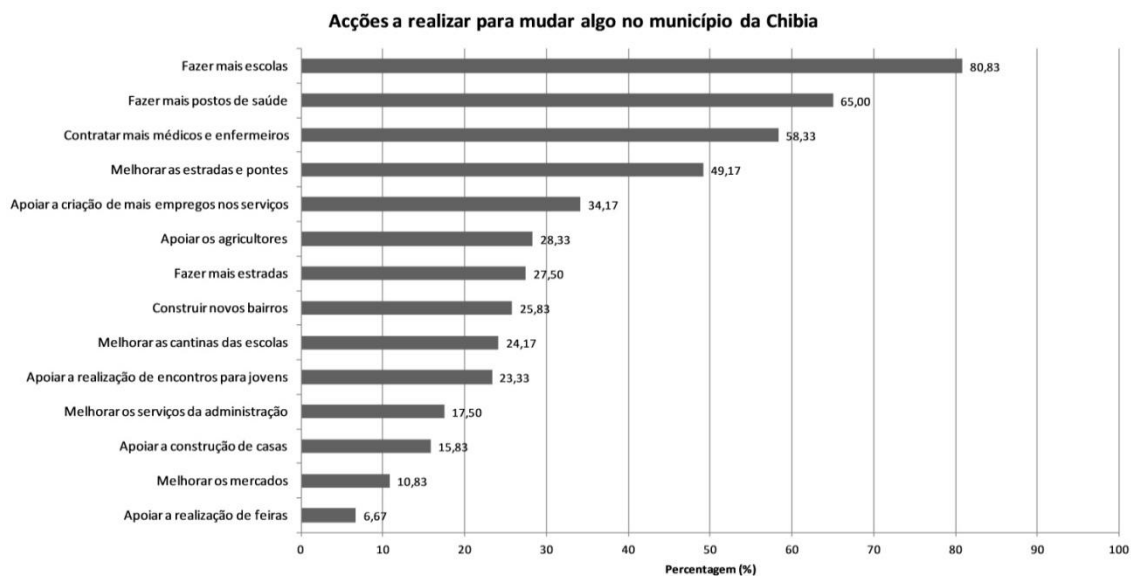


Figura 4.12 – Acções a realizar para mudar algo no município.

Tabela 4.6 – Acções a realizar para mudar algo no município, por comuna.

Acções a realizar para mudar algo no município	Nº de respostas					Classe
	Sede	Kap-Kavil.	Quihita	Jau	TOTAL	
Fazer mais escolas	25	18	26	28	97	Equipamentos e infra-estruturas
Fazer mais postos de saúde	25	11	19	23	78	Equipamentos e infra-estruturas
Contratar mais médicos e enfermeiros	18	16	20	16	70	Saúde
Melhorar as estradas e pontes	14	24	7	14	59	Equipamentos e infra-estruturas
Apoiar a criação de mais empregos nos serviços	13	17	7	4	41	Economia
Apoiar os agricultores	11	3	7	13	34	Economia
Fazer mais estradas	7	14	4	8	33	Equipamentos e infra-estruturas
Construir novos bairros	10	3	15	3	31	Equipamentos e infra-estruturas
Melhorar as cantinas das escolas	9	6	11	3	29	Educação
Apoiar a realização de encontros para jovens	9	10	6	3	28	Solidariedade e integração social
Melhorar os serviços da administração	8	3	6	4	21	Administração e participação cívica
Apoiar a construção de casas	6	7	5	1	19	Equipamentos e infra-estruturas
Melhorar os mercados	6	2	4	1	13	Economia
Apoiar a realização de feiras	4	1	2	1	8	Administração e participação cívica

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

Na Figura 4.13 estão representadas as percepções do CMACS e da população sobre o município. A projecção da percepção dos dois grupos faz salientiar três diferentes sectores: um que enquadra aspectos muito valorizados pelos dois grupos e que representa valores ambientais, mais concretamente relacionados com a amenidade do território (beleza, bom ambiente, tranquilidade, riqueza e qualidade de vida), um outro sector em que são realçadas a existência e a qualidade da actividade comercial, bem como questões relacionadas com os recursos endógenos, nomeadamente a qualidade e quantidade dos recursos hídricos e a inexistência de conflitos por este recurso e por terrenos agrícolas, e um último sector onde se agrupam os valores de percepção mais baixos simultaneamente para os dois grupos, e que correspondem aos indicadores de educação, saúde, emprego e agricultura e pecuária. Estes últimos aspectos evidenciam que estes sectores poderão ser os mais carenciados em todo o município da Chibia, e objecto de políticas de Desenvolvimento Sustentável.

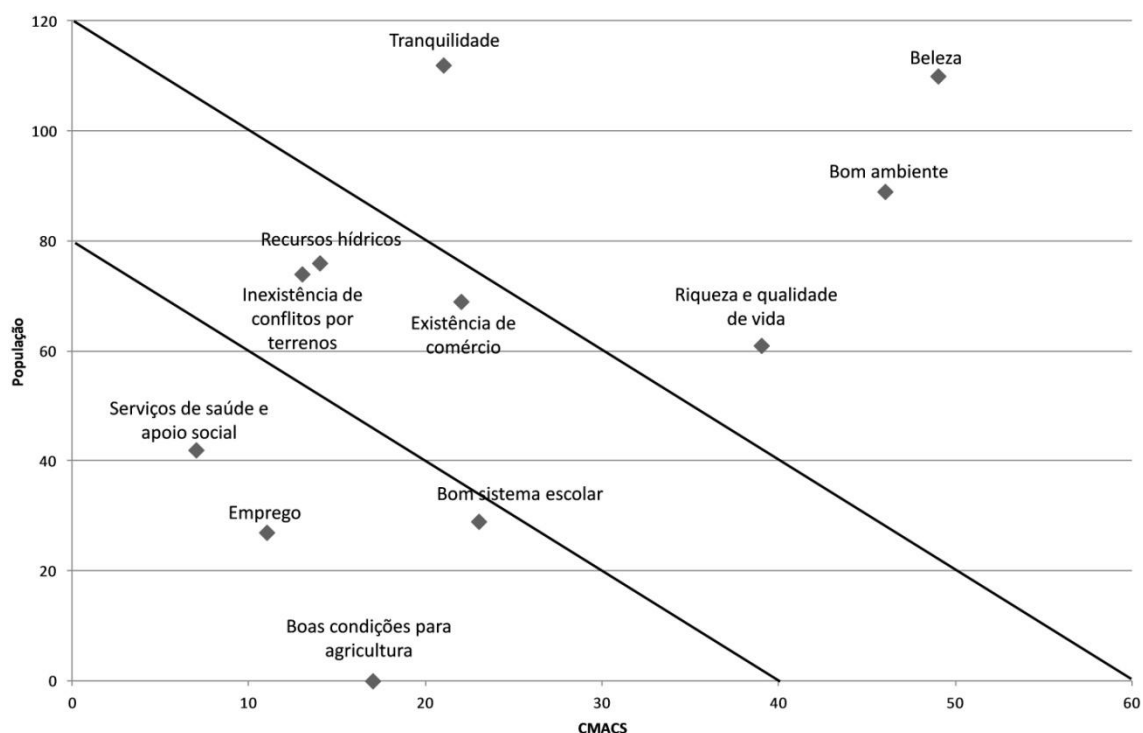


Figura 4.13 - Percepções do CMACS e da população sobre o município.

Na Figura 4.14 transparece a valorização das acções de desenvolvimento dos dois grupos inquiridos, e organizadas pelos diferentes sectores. Salientam-se essencialmente acções de desenvolvimento no âmbito dos equipamentos e infra-estruturas, e saúde, em especial sugeridas pela população. Com leitura contrária, ou seja mostrando uma menor importância de desenvolvimento imediato, surgem as questões relacionadas com o ambiente

## Resultados

e ordenamento, educação, administração e participação cívica, bem como os transportes e comunicações.

Estes resultados aparecem assim contraditórios, nomeadamente quando se referem à educação, e transportes e comunicações, demonstrando elevada apetência colectiva por um nível superior de infraestruturacão.

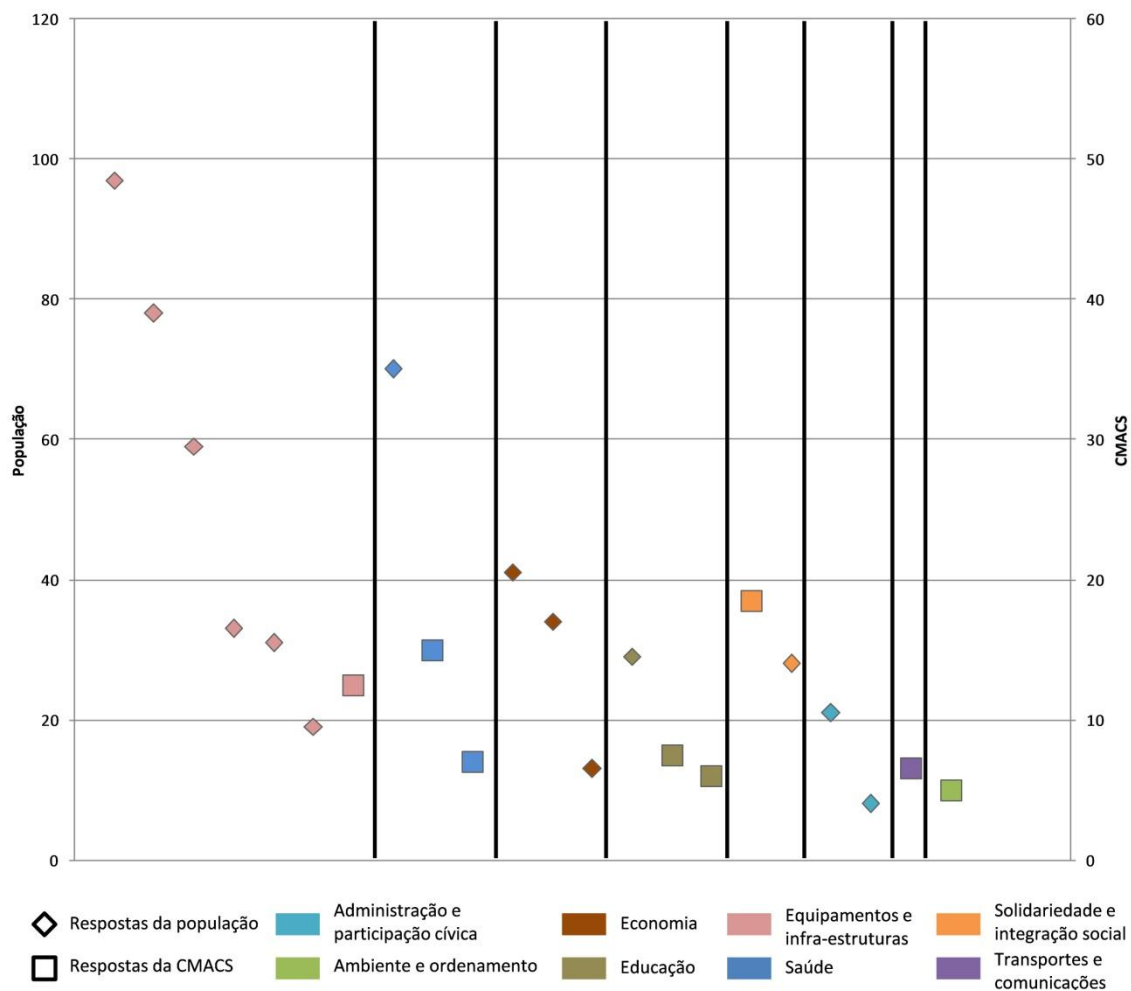


Figura 4.14 - Valorização das acções de desenvolvimento pelos dos grupos inquiridos.

## **Capítulo 5 – Análise SWOT e vectores de Desenvolvimento Sustentável**



Tendo por base o diagnóstico efectuado pelos levantamentos bibliográficos e de campo, ou seja a Caracterização da Área de Estudo resultante do Capítulo 2, assim como os resultados produzidos a partir dos dois instrumentos de instrumento de inquirição (Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social e População) é possível realizar uma análise SWOT, privilegiando a situação *ex ante* e a decorrente da implementação do Políticas de Desenvolvimento Sustentável.

Da síntese produzida no Capítulo 4 (Figuras 4.13 e 4.14) é de salientar os valores elevados de amenidade percebidos sobre o município, e a menor consideração por parte das políticas de emprego, de apoio à agricultura. Regista-se ainda, por parte dos inquiridos, uma valorização dos níveis de infra-estruturação (Figura 4.14) em acções futura e imediatas de aplicação de recursos, e uma menor aplicação em acções imateriais como de política educativa, de saúde, de ordenamento do território, e de melhoria da administração.

Este conjunto de resultados permite apresentar os referenciais de **Força** e de **Fraqueza** que caracterizam o Município da Chibia, na situação actual, expressando assim as potencialidades e fragilidades existentes.

Na Tabela 5.1 aparecem sistematizadas as **Forças**, assinalando-se a fonte de fundamentação da escolha. Ressaltam 8 referenciais, 4 associados às políticas sectoriais de Ambiente e Ordenamento, 2 referenciais relacionados com a Economia, e 1 em cada dos classes/sectores da Administração Pública e da Participação Cívica, e na classe dos Equipamentos e Infra-estruturas quando relacionadas com a disponibilidade de habitações.

Na Tabela 5.2 estão expressos os resultados da análise das **Fraquezas** actuais existentes no município. Salientam-se dois aspectos no domínio do Ambiente e Ordenamento relacionados com a dinâmica de alteração do uso e ocupação do solo, e ainda com a gestão dos resíduos. Surgem ainda as questões relacionadas com a reduzida actividade económica, a qual tem expressão nos níveis de pobreza e de emprego. As restantes fraquezas estão muito relacionados com as condições básicas da população, como são a educação e saúde, o acesso a energia ou as condições de circulação.



Tabela 5.1 – Forças para a análise SWOT no Município da Chibia.

<b>Forças</b>		
<b>Classe</b>	<b>Referencial</b>	<b>Fonte</b>
Administração e participação cívica	<b>Eficiência e ética da administração e repartições públicas</b>	Instrumento de análise 1 e 2
Ambiente e ordenamento	<b>Beleza da paisagem</b>	Instrumento de análise 1 e 2
	<b>Recursos ambientais e amenidade do território</b>	Instrumento de análise 1 e 2
	<b>Baixa exposição a riscos naturais</b>	Instrumento de análise 1; Caracterização da área
	<b>Potencial agrícola e pecuário</b>	Instrumento de análise 2; Caracterização da área
Economia	<b>Actividade comercial</b>	Instrumento de análise 1 e 2
	<b>Riqueza e qualidade de vida</b>	Instrumento de análise 1
Equipamentos e infra-estruturas	<b>Qualidade e disponibilidade de habitação</b>	Instrumento de análise 1 e 2

Tabela 5.2 – Fraquezas para a análise SWOT no Município da Chibia.

<b>Fraquezas</b>		
<b>Classe</b>	<b>Referencial</b>	<b>Fonte</b>
Ambiente e ordenamento	<b>Alteração de uso e ocupação do solo</b>	Instrumento de análise 1 e 2; Caracterização da área
	<b>Limpeza e recolha de resíduos</b>	Instrumento de análise 1; Caracterização da área
Economia	<b>Pobreza</b>	Instrumento de análise 1
	<b>Investimento económico</b>	Instrumento de análise 1
	<b>Emprego</b>	Instrumento de análise 1 e 2
Educação	<b>Aplicação de recursos na educação</b>	Instrumento de análise 1 e 2
Equipamentos e infra-estruturas	<b>Estado de conservação da rede viária</b>	Instrumento de análise 1 e 2; Caracterização da área
	<b>Cobertura da rede eléctrica</b>	Instrumento de análise 2
Saúde	<b>Aplicação de recursos na saúde</b>	Instrumento de análise 2

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

Os resultados da avaliação *ex ante* mostram uma positiva qualificação genérica do território do Município da Chibia, em que o Sistema Natural através dos recursos, ambiente e reduzido grau de risco são referenciais fundamentais, mas em que emergem pressões, com alteração de Estado, em resultado dos processos de transformação antrópica, com alteração de usos e ocupação do solo ou associados à limpeza, recolha e armazenamento de resíduos.

O Sistema de Suporte, que inclui os sistemas económico e de infra-estruturas, revela debilidades na análise, com tradução nas Fraquezas relacionadas com apoio social/educativo/saúde e de emprego, embora com reduzida expressão na valorização do desempenho institucional e na emergência de conflitos sociais.

A expectativa da população na aplicação de princípios de Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia, através de acções de desenvolvimento e do envolvimento e participação cidadã, levou a considerar um conjunto de **Oportunidades** (Tabela 5.3). Os resultados mostram um conjunto de respostas, maioritariamente no domínio do Sistema Humano, como sejam o planeamento, a regulação ou a implementação de acções para melhorar o Estado (emprego, indicadores de saúde e educação) no Modelo de Pressão-Estado-Resposta. Há assim uma valorização de acções imateriais, a que não estão associados indicadores de melhoria da eficiência e ética da administração ou de aumento da coesão social ou apoio aos grupos mais desfavorecidos.

Complementando a avaliação das expectativas da população e a alocação de recursos em acções de desenvolvimento, surgem na Tabela 5.4 os referenciais de **Ameaça**. Ressalta a insustentabilidade financeira na gestão de equipamentos e infra-estruturas em resultado do esforço de infra-estruturação ao nível da educação, saúde e vias de comunicação, ou na distribuição de energia. As situações de conflito poderão surgir associados à dinâmica económica de investimento público e privado, no acesso aos recursos hídricos ou aos solos com potencial agrícola, ou aos processos de regulação da transformação do uso e ocupação do solo. Os processos de transformação rural, a dinâmica de urbanização, a gestão/depósito dos resíduos, ou a necessidade de terrenos para a infra-estruturação (ex. saúde, educação ou vias) poderão criar diferendos pela posse ou acesso aos recursos, pela perda de suporte de actividades tradicionais, ou pela criação de assimetrias no município ou nas comunas. Estes processos de alteração de uso, ocupação, de paisagem ou de actividades tradicionais podem baixar o nível de percepção de amenidade do município e dos indicadores de Estado ambientais.

As ameaças consideradas na análise SWOT fazem ainda ressaltar que a não concretização dos objectivos de desenvolvimento económico e das políticas de aumento do

## Análise SWOT e vectores de Desenvolvimento Sustentável

emprego e da valorização salarial, poderão traduzir-se num aumento da conflitualidade social, do aumento da insegurança e criminalidade, ou em última instância da coesão social.

A pressão associada aos processos de insustentabilidade financeira na gestão de equipamentos e infra-estruturas, a necessidade de regulação das alterações de uso ou ocupação do solo, a limpeza ou gestão dos resíduos urbanos ou industriais, ou a redução dos indicadores ambientais ou do nível de percepção de amenidade municipal, podem provocar uma redução do desempenho institucional da administração ou a da eficácia da governação.

Tabela 5.3 – Oportunidades para a análise SWOT no Município da Chibia.

<b>Oportunidades</b>	
<b>Classe</b>	<b>Referencial</b>
Administração e participação cívica	<b>1 - Definição de um plano estratégico de desenvolvimento</b>
Ambiente e ordenamento	<b>2 - Reforçar a coesão territorial</b>
	<b>3 - Desenvolver o potencial agrícola e pecuário</b>
	<b>4 - Regulação das transformações de uso e ocupação do solo</b>
Economia	<b>5 - Aumentar o investimento público e privado</b>
	<b>6 - Geração de emprego e qualificação salarial</b>
Educação	<b>7 - Melhorar o nível de formação e literacia</b>
Saúde	<b>8 - Melhorar os indicadores de saúde pública</b>

Tabela 5.4 – Ameaças para a análise SWOT no Município da Chibia.

<b>Ameaças</b>	
<b>Classe</b>	<b>Referencial</b>
Administração e participação cívica	<b>A - Redução do nível de prestação de serviços pela administração</b>
Ambiente e ordenamento	<b>B - Degradação dos indicadores ambientais</b>
	<b>C - Criação de assimetrias territoriais entre comunas</b>
	<b>D - Conflitos sociais relacionados com o uso e ocupação do solo</b>
	<b>E - Redução de amenidade territorial</b>
Equipamentos e infra-estruturas	<b>F - Insustentabilidade financeira na gestão de equipamentos e infra-estruturas</b>
Segurança e ordem pública	<b>G - Aumento da insegurança e criminalidade</b>
Solidariedade e integração social	<b>H - Perda de coesão social</b>

Na Figura 5.1 aparecem organizadas as relações múltiplas entre as Oportunidades municipais que decorrem da aplicação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável e tomando como referência os resultados da Tabela 5.3. Assim sendo, e considerando as oportunidades como Respostas a Pressões (ou alterações de Estado), a maior influência dar-se-á nos sectores de Ambiente e Ordenamento, na políticas de Solidariedade e Integração Social, na Economia, assim como na Administração e Participação Cívica.

## Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios

A não aplicação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável, ou a não utilização das Oportunidades da análise SWOT para o desenvolvimento municipal, poderão produzir as relações múltiplas patentes na Figura 5.2. Aparecem organizadas as Ameaças como Impactos ou mudanças de Estado em função de uma menos eficiente Resposta. A concretização destas terá especial impacto nos sectores de Ambiente e Ordenamento, na Solidariedade e Integração Social, na Economia e na Administração e Participação Cívica.

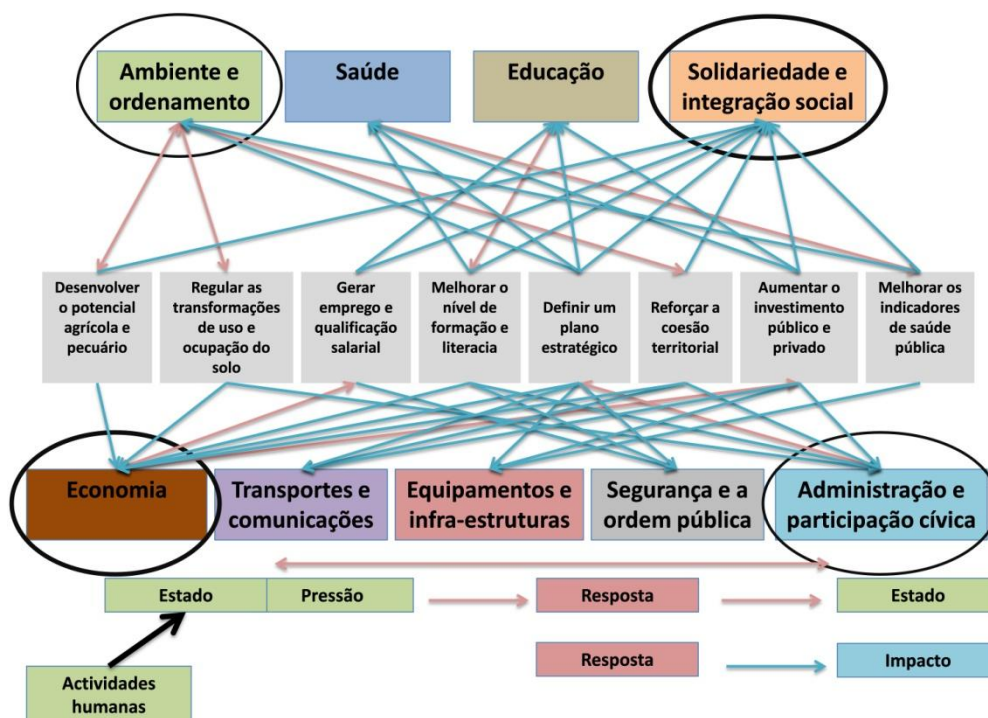


Figura 5.1 – Relações múltiplas de Resposta em função das Oportunidades.

A avaliação *ex ante* do município em função da caracterização (física, de uso e ocupação do solo, socio-económica e de governação), dos resultados das percepções e expectativas dos dois grupos de inquiridos (CMACS e população) e da síntese produzida pela análise SWOT é possível propor 8 vectores de Desenvolvimento Sustentável para o Município da Chibia.

De acordo com a Tabela 5.5 os vectores permitem associar os referenciais sectoriais, a partir da qual podem emergir acções específicas para aplicação dos princípios de Desenvolvimento Sustentável.

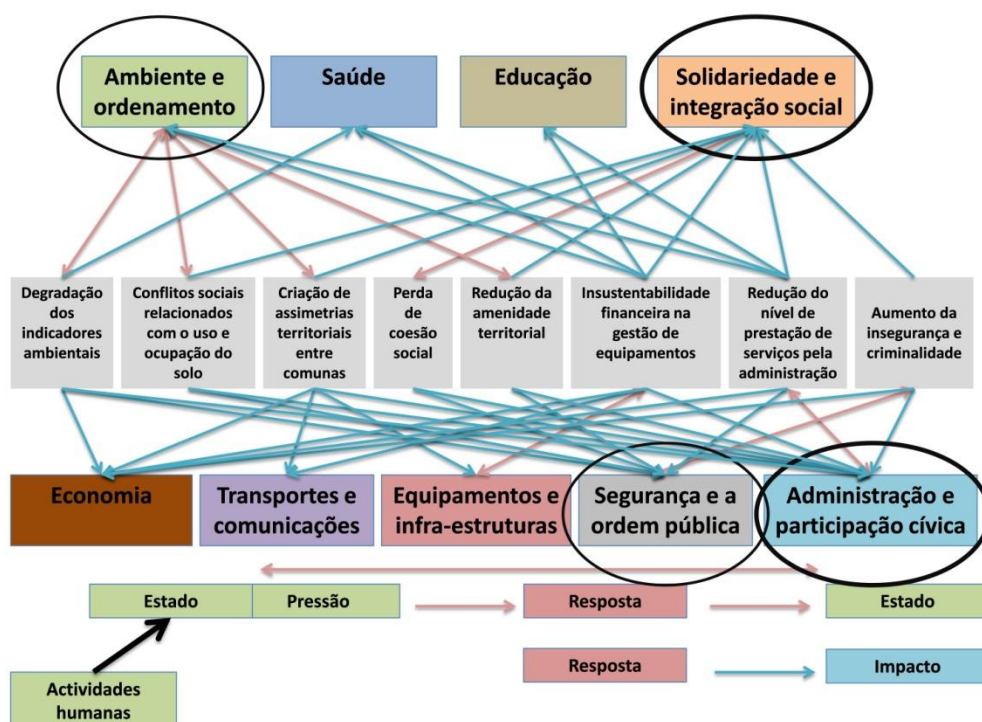


Figura 5.2 – Relações múltiplas de Resposta em função das Ameaças.

Tabela 5.5 – Vectores de Desenvolvimento Sustentável para o Município da Chibia.

VECTORES	
Linha estratégica	Classe de referencial de resposta
V1 - Protecção dos valores naturais "Chibia um município com biodiversidade"	Ambiente e ordenamento
V2 - Desenvolvimento dos sectores agrícola e pecuário "Chibia um município sem pobreza"	Ambiente e ordenamento
V3 - Acesso da população a cuidados básicos "População saudável e qualificada"	Economia
	Educação
	Saúde
V4 - Acesso da população a serviços e a bens de consumo "Qualidade de vida para todos"	Solidariedade e integração social
	Equipamentos e infra-estruturas
V5 - Mobilidade de pessoas e bens "Chibia um município com coesão territorial"	Economia
	Equipamentos e infra-estruturas
	Transportes e comunicações
V6 - Apoio aos grupos mais desfavorecidos "Chibia um município de inclusão"	Economia
	Solidariedade e integração social
V7 - Qualidade de vida urbana "Qualidade de vida urbana"	Ambiente e ordenamento
	Equipamentos e infra-estruturas
	Transportes e comunicações
V8 - Comunicação com os cidadãos "Participar e dialogar"	Administração e participação cívica

Após a selecção dos 8 vectores de Desenvolvimento Sustentável, é importante definir um conjunto de acções que levem à concretização dos princípios de Desenvolvimento Sustentável.

A concretização do vector - **Protecção dos valores naturais** – permite a implementação do Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente (GA/PNUD, 2012), como do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional, e ainda concretizar políticas enunciadas no Estado Geral do Ambiente em Angola (MINUA, 2006).

Com o desenvolvimento do vector - **Desenvolvimento dos sectores agrícola e pecuário** – é possível concretizar as grandes orientações do Plano Nacional de Desenvolvimento, nomeadamente, assegurando a Melhoria da Qualidade de Vida, com combate à Fome e a Pobreza Extrema; a Promoção do Desenvolvimento Equitativas e de Inserção da Mulher Tradicional. Dá-se ainda resposta ao Programa de Gestão de Recursos Naturais (MINADER, 2004), assim como ao Programa de Erradicação da Pobreza (GURN, 2005), visando o desenvolvimento durável do sector agrário, como ponto de partida na retomada do crescimento das comunidades rurais. Será assim possível o aumento da segurança alimentar, a melhoria das condições de vida da população e a redução da dependência externa, do combate à pobreza e, que relativamente ao meio rural, passam pela reabilitação da capacidade da produção agrária dos camponeses como elemento fundamental para a redução do desemprego, para o aumento da produção interna e para o restabelecimento dos circuitos comerciais.

Com o vector - **Acesso da população a cuidados básicos** – assegura-se a concretização das Grandes Orientações do Plano, nomeadamente a promoção do desenvolvimento humano e do bem-estar, assegurando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Este vector permite nomeadamente a redução substancial da incidência da pobreza, ao estender os serviços básicos de saúde e de educação a toda a população, em especial os mais carenciados, contribuindo para a concretização dos objectivos de desenvolvimento das Nações Unidas através do *Millennium Development Goals*.

O vector - **Acesso da população a serviços e a bens de consumo** – torna possível a promoção do desenvolvimento humano e do bem-estar, assegurando a melhoria da qualidade de vida (MPDT, 2012), possibilitando a modernização e a equidade e crescimento pujante, através do desenvolvimento harmonioso do território nacional. Ainda de acordo a FAO (2012) o desenvolvimento territorial e a gestão social com a inclusão social, a amplificação das capacidades, oportunidades e direitos de escolhas individuais; o desenvolvimento económico com a distribuição de riqueza de modo justo, as oportunidades de trabalho e de salário para homens, mulheres, jovens, torna possível a concretização de um Desenvolvimento Sustentável

## **Análise SWOT e vectores de Desenvolvimento Sustentável**

e uma sociedade mais equitativa e justa. Este vector de concretização da coesão territorial permite, segundo a Lei nº3/04 sobre Ordenamento do Território e Urbanismo, a criação de condições favoráveis, que garantam os fins gerais do desenvolvimento económico e social, do bem-estar social, de defesa do ambiente e qualidade de vida dos cidadãos em particular, permite assegurar a igualdade de oportunidades de acesso dos cidadãos aos equipamentos colectivos e serviços públicos no meio urbano e rural. É ainda possível o cumprimento da Lei das Águas (DR, Lei nº6/02), ao assegurar uma igualdade de tratamento e oportunidade nos processos de uso da água.

O vector - **Mobilidade de pessoas e bens** – permite integrar a coesão territorial com as políticas de coesão social ao permitir o desenvolvimento harmonioso do território nacional, assim como garantir dos pressupostos básicos de desenvolvimento, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, a possibilidade de inserção da juventude na vida activa com redução dos níveis de desemprego, bem como o desenvolvimento do sector privado (MPDT, 2012).

O vector - **Apoio aos grupos mais desfavorecidos** – consagra um conjunto de políticas públicas que incluem a promoção do desenvolvimento humano e do bem-estar, assegurando a melhoria da qualidade de vida privada (MPDT, 2012). A *“Chibia um municipio de inclusão social”* permite responder aos objectivos do Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente (GA/PNUD, 2012), numa perspectiva de crescimento inclusivo para com os mais vulneráveis (população rural, mulheres e crianças, camada social com menor capacidade económica, etc.)”. Este vector torna possível a concretização do Programa de Erradicação da Pobreza (GURN, 2005), ao estender os serviços básicos de saúde, educação e apoio social a toda a população, em especial os mais carenciados, assim como a concretização de objectivos preconizados pelo *Millennium Development Goals* (UNGA, 2000).

O vector - **Qualidade de vida urbana** – dá essencialmente resposta aos objectivos da Lei de bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (DR, Lei nº 3/04), assim como da Lei de Bases do Ambiente (DR, Lei nº 5/98), nomeadamente através de um correcto ordenamento do território ao prestar a maior atenção à qualidade do ambiente urbano através de uma eficaz aplicação da administração local e municipal, garantindo a participação dos cidadãos em todas as tomadas de decisão que impliquem desequilíbrios ambientais e sociais. Responde-se assim a questões como o acesso e qualidade das habitações, à disponibilidade e qualidade dos serviços básicos como a distribuição de água, energia e sinal de comunicação, o acessos equipamento desportivos e de lazer, mas também o direito ao ambiente urbano limpo e saudável com uma boa recolha e gestão de resíduos.

## **Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios**

O vector - **Comunicação com os cidadãos** – pretende criar uma sociedade mais participativa na gestão dos interesses comuns, assim como envolver os representantes da comunidade, públicos e privados, em soluções para o Desenvolvimento Sustentável. Procura-se assim criar uma comunidade interventiva e com maiores níveis de associativismo, possibilitando uma gestão sustentável e participativa de recursos naturais (MINUA, 2006), com empenhamento e responsabilização da sociedade civil, através da consolidação de espaços institucionais territoriais de gestão participativa (FAO, 2012). Pretende-se igualmente aumentar a sensibilização ambiental conforme previsto no Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP) e no Plano Nacional de Educação e Consciencialização Ambiental (PNECA).

Em síntese pode-se dizer que os Vectores de Desenvolvimento Sustentável para o Município da Chiba, são maioritariamente do Sistema Suporte, de acordo com a Figura 1.3, e me menor número relacionados com o Sistema Natural e o Sistema Humano.

Assim, associados ao Sistema Natural aparecem os Vectores V1, V2, V3 e V7, aos Sistema Humano os Vectores V3, V6, V7 e V8, enquanto que ao Sistema de Suporte aparecem ligados os Vectores V2, V3, V4, V5, V6, e V7.



## Conclusões

## Capítulo 6 - Conclusões

## Conclusões

O desenvolvimento desta dissertação fez salientar a importância da implementação dos princípios do Desenvolvimento Sustentável à escala municipal, como forma de se atingir o crescimento da economia, a melhoria da qualidade do ambiente e a construção de uma sociedade inclusiva, solidária e participativa.

A avaliação das percepções, expectativas e desafios sobre os princípios do Desenvolvimento sustentável no Município da Chibia, Angola, irá permitir a construção de programas e acções de orientação estratégica, nomeadamente nas vertentes do ambiente e do desenvolvimento, fortalecendo a cooperação entre entidades e o envolvimento dos cidadãos. Procura-se assim, aprofundar as directrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2015 (MPDT, 2012), em busca de uma sociedade democrática e participativa, com qualidade de vida, e caracterizada por um desenvolvimento sustentável, competitivo e equitativo, e possibilitando o desenvolvimento harmonioso do território angolano.

O diagnóstico realizado, assim como os resultados dos inquéritos ao CMACS e à população, permitiram identificar as percepções existentes, avaliar as expectativas de desenvolvimento, assim como o nível de importância e necessidade de alocação de recursos para implementação de acções concretas de Desenvolvimento Sustentável.

Os resultados parciais encontrados salientaram:

- os valores de amenidade do município (beleza, bom ambiente, qualidade de vida e tranquilidade), assim como o estado dos recursos endógenos do município (boas condições para a agricultura e pecuária, e quantidade e qualidade dos recursos hídricos);
- um conjunto de problemas ligados ao mundo rural (corte da floresta e desmatamento, secas, degradação da paisagem rural ou acesso a água a partir de chimpacas e nascentes, abandono agrícola), assim como um conjunto de problemas relacionados com o ambiente urbano (qualidade da água, limpeza de espaços públicos e recolha de resíduos);
- a pobreza e o apoio aos mais desfavorecidos como um problema social principal, assim como as políticas associadas à educação;
- a falta de dinamismo económico (número de instituições bancárias, número de postos de abastecimento e distribuição de combustíveis);
- o baixo nível de emprego como aspecto económico negativo, nomeadamente do desemprego jovem e não qualificado;

## Conclusões

- a baixa qualidade das comunicações e acessibilidade, em função da qualidade e conservação de vias, da distância entre aglomerados;
- a deficiente manutenção de infra-estruturas (estradas e vias terciárias, pontes e pontecos, sistemas de captação e distribuição de água);
- o reduzido número de equipamentos de apoio social a população desfavorecida e de infra-estruturas educativas (escolas com construção definitiva e professores) e saúde (falta de centros de saúde e de enfermeiros e médicos);
- o deficiente acesso e qualidade da cobertura e distribuição eléctrica e da rede de TV e telemóvel;
- os contrastes territoriais, nas percepções e expectativas, sendo notórias as diferenças entre os resultados parcelares para as comunas de Kapunda-Kavilongo e Jau, relativamente à Sede.

Os resultados salientam igualmente a importância de se desenvolverem acções que promovam:

- melhores condições de emprego, e valorização do trabalho, assim como o investimento e organização/associação de projectos públicos e privados;
- melhores acessos e circulação no espaço municipal, assim como melhores habitações na sede do município;
- a qualidade e quantidade e acesso aos recursos hídrico, a recolha do lixo, e o ordenamento urbano;
- a gestão dos recursos florestais e naturais, assim com o incremento do potencial agrícola e pecuário;
- melhores indicadores relacionados com a educação e saúde, assim como no acesso a condições básicas de qualidade de vida (água canalizada, energia eléctrica);
- a formação e qualificação (aumento do nível da formação e escolarização e participação social da mulher no desenvolvimento);
- a proximidade entre a administração municipal e comunal, assim como com a população, bem como a participação dos diferentes actores locais nos processos de decisão da administração.

## **Desenvolvimento Sustentável no Município da Chibia: percepções, expectativas e desafios**

Os resultados demonstram uma concordância genérica entre os dois grupos (CMACS e população), sobre as políticas relacionadas com a educação e saúde, com a necessidade de criação de empregos, nomeadamente para jovens, e a valorização salarial, com a necessidade de investimento público e privado de estímulo à economia.

Os resultados salientam igualmente uma elevada apetência colectiva por um nível maior de infra-estruturação, envolvendo equipamentos escolares e educativos, a construção e qualificação de vias, e relacionada com os sistemas de distribuição de água, energia e sinal de comunicação. As políticas de melhoria de processos administrativos e da governação, assim como a participação, não constituem preocupações maiores para o conjunto dos inquiridos.

A análise SWOT realizada fez salientar as seguintes constatações:

- a positiva qualificação genérica do território do Município da Chibia, em que o Sistema Natural através dos recursos, ambiente e reduzido grau de risco são referenciais fundamentais;
- o aparecimento de pressões em resultado dos processos de transformação antrópica, com alteração de usos e ocupação do solo ou associados à limpeza, recolha e armazenamento de resíduos;
- a debilidade do Sistema de Suporte, que inclui os sistemas económico e de infra-estruturas, com tradução no apoio social/educativo/saúde e de emprego;
- a necessidade de acções imateriais para que se verifique o Desenvolvimento Sustentável municipal;
- a possível insustentabilidade financeira na gestão de equipamentos e infra-estruturas em resultado do esforço de infra-estruturação ao nível da educação, saúde e vias de comunicação, ou na distribuição de energia;
- a possível emergência de situações de conflito em resultado da transformação rural, da urbanização, da gestão/depósito dos resíduos, da necessidade de terrenos para a infra-estruturação (ex. saúde, educação ou vias), ou pela criação de assimetrias no município ou nas comunas;
- a não concretização dos objectivos de desenvolvimento económico e das políticas de aumento do emprego e da valorização salarial, poderão traduzir-se no aumento da conflitualidade social, da insegurança e criminalidade, ou na perda de coesão social.
- a pressão às transformações antrópicas podem vir a provocar a redução dos indicadores ambientais, do nível de percepção de amenidade municipal, ou uma diminuição do desempenho institucional da administração.

## Conclusões

Em resultado da avaliação *ex ante* do município, da síntese produzida pela análise SWOT foram identificados 8 vectores de Desenvolvimento Sustentável para o Município da Chibia:

- Protecção dos valores naturais;
- Desenvolvimento dos sectores agrícola e pecuário;
- Acesso da população a cuidados básicos;
- Acesso da população a serviços e a bens de consumo;
- Mobilidade de pessoas e bens;
- Apoio aos grupos mais desfavorecidos;
- Qualidade de vida urbana;
- Comunicação com os cidadãos.

Em síntese pode-se dizer que os Vectores de Desenvolvimento Sustentável para o Município da Chiba, são maioritariamente do Sistema Suporte, e em menor número relacionados com o Sistema Natural e o Sistema Humano. Os Vectores encontrados estão articulados com os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2015 (MPDT, 2012), tendo em vista a modernização e sustentabilidade do desenvolvimento para uma sociedade equitativa e participativa.

Com os resultados e as conclusões apresentadas foi possível responder aos objectivos da investigação, demonstrando o nível de implementação das políticas de desenvolvimento sustentável, e as expectativas dos cidadãos e actores locais sobre o desenvolvimento sustentável no município da Chibia. Com os vectores de Desenvolvimento Sustentável, seleccionados poderão ser implementadas acções que permitam um melhor desempenho funcional, instrumental e de participação no município da Chibia.

## **Bibliografia**



## Bibliografia

- AEA/CE (2000) – **Para um Perfil da Sustentabilidade Local – Indicadores Comuns Europeus**. Luxemburgo.
- AMC (2013) - **Programa Água Para Todos**. Administração Municipal da Chibia.
- AMC (2013) - **Programa de Apoio aos Serviços de Educação**. Administração Municipal da Chibia.
- AMC (2013) - **Programa de Auscultação à Mulher Rural**. Administração Municipal da Chibia.
- AMC (2013) - **Programa de Fomento Agrícola**. Administração Municipal da Chibia.
- AMC (2013) – **Programa de Melhoria dos Serviços de Saúde**. Administração Municipal da Chibia.
- AMC (2013) - **Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural, Combate à Fome e Redução da Pobreza**. Administração Municipal da Chibia, 18p.
- AMC (2014) – **Perfil do Município da Chibia**. Administração Municipal da Chibia.
- Banda, S.F. & Sichilongo, K. (2006) – Analysis of the level of comprehension of chemical hazard labels: A case for Zambia. **Science of the Total Environment**, **363**, pp.22-27.
- Braga, T.M.; Freitas, A.P.G.; Duarte, G.S.; Carepa-Sousa, J. (2004) – Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. **Revista Nova Economia**, **14 (3)**, pp. 11-33.
- Carta de Aalborg (1994) – **Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade**. Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Aalborg, Dinamarca, 27 de Maio.
- Carvalho, H. (1971) – **Carta Geológica de Angola na escala 1:100 000 – Folha nº 376 (Macota) e respectiva Notícia Explicativa**. Direcção Provincial dos Serviços de Geologia e Minas de Angola.
- Cavalcanti, C. (s/data) – **Uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável de Angola**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- Costa, J.M.N.A.R. (2000) – **As Autarquias Locais e desenvolvimento Sustentável**. IV Congresso Português de Sociologia, 17-19 de Abril. Coimbra.
- CSD (1996) - **Indicators of sustainable development: framework and methodologies**. Commission on Sustainable Development, United Nations Department for Policy Co-ordination and Sustainable Development, New York.
- DGA (2000) – **Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal**. Direcção Geral do Ambiente, 228p.
- DR (1998) – **Lei de Bases do Ambiente**. Lei nº5/98 de 19 de Junho.

## Bibliografia

- DR (2002) - **Lei das Águas**. Lei nº6/02 de 21 de Junho. I Série, Nº49.
- DR (2004) – **Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo**. Lei Nº3/04 de 25 de Junho. I Série, Nº51.
- DR (2007) – **Decreto-Lei que estabelece o quadro das atribuições, competências e regime jurídico de organização e funcionamento dos Governos Provinciais, das Administrações Municipais e Comunais**. Lei nº2/07 de 3 de Janeiro. I Série, Nº2.
- DR (2010) – **Lei da organização e do funcionamento dos Órgãos de Administração Local e do Estado**. Lei nº17/10 de 29 de Julho. I Série, Nº142.
- FAO (2012) – **Desenvolvimento Rural Sustentável – uma visão territorial**. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, Caderno do Formador. Luanda, 40p.
- Feio, M. (1964) – Evolução da escadaria de aplanções do sudoeste de Angola. **Garcia Orta, Lisboa, 12(2)**, pp.323-354.
- GA/PNUD (2012) – **Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente – (PAEA) 2012-2015**. Governo de Angola e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Angola).
- Gouzee, N.; Mazijn, B.; Bilharz, S. (1995) - **Indicators of Sustainable Development for Decision-Making**. Report of the Workshop of Ghent, Belgium, 9-11 January 1995, Submitted to UN Commission on Sustainable Development. Published by the Federal Planning Office of Belgium.
- Governo Provincial da Huíla (2012) – **Plano de Desenvolvimento da Província da Huíla 2013-2017**. Governo Provincial da Huíla. Lubango, 153p.
- Guiné, R.; Peres, G.; Dulcineia, F. (2010) – Análise SWOT à produção de pêra passa de Viseu. **Instituto Politécnico de Viseu, Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde, 38**, pp. 97-106.
- Günther, H. (2003) – Como elaborar um questionário. **Laboratório de Psicologia Ambiental, Série Planeamento de Pesquisas nas Ciências Sociais, Universidade Brasília, 1**, 15p.
- GURN (2005) – **Estratégia de Combate à Pobreza**. Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, República de Angola, 125p.
- IISD (1999) – **Indicators for Sustainable Development : Theory, Method, Applications. A Report to the Balaton Group**. International Institute for Sustainable Development, Canada, 138 p.

- Lozano, M.; Vallés, J. (2007) – An analysis of the implementation of an environmental management system in a local public administration. **Journal of Environmental Management**, **82**, pp 495-511.
- Markovska, N; Taseska, V.; Pop-Jordanov, J. (2009) – SWOT analyses of the national energy sector for sustainable development. **Energy**, **34**, pp.752-756.
- Medeiros, C.A. (1976) – **A colonização das terras altas da Huíla (Angola)**. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 705p.
- MINADER (2004) – **Revisão do sector agrário e da estratégia de segurança alimentar para definição de prioridades de investimentos (TCP/ANG/2907) – Angola – Gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento**. Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 57p.
- MINUA (2006) - **Relatório Geral do Estado do Meio Ambiente em Angola**. Ministério do Urbanismo e Ambiente. Luanda, Angola.
- Monteiro, M. (2012) – **Potencialidades e fragilidades ambientais do sector montante da bacia hidrográfica do rio Alva**. Dissertação de mestrado em Geociências – Ramo Ambiente e Ordenamento do Território apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 130p.
- MPDT (2007) – **Estratégia de desenvolvimento a longo prazo para Angola (2025)**. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, 362p.
- MPDT (2012) - **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017**. Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 215p.
- MUA (2006) – **Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade (NBSAP)**. Ministério do Urbanismo e Ambiente. República de Angola, 57p.
- OCDE (1993) - **Draft Synthesis Report, Group on State of the Environment Workshops on Indicators for Use in Environmental Performance Reviews**. Doc ENV/EPOC/SE/96. Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.
- ONU (1992) – **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 3 a 14 de Junho. Rio de Janeiro, Brasil.
- ONU (2002) – **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**. Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, 2 a 4 de Setembro. Joanesburgo, África do Sul.

## Bibliografia

- ONU (2012) – **Declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) - O futuro que queremos.** Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 20 a 22 de Junho. Rio de Janeiro, Brasil.
- Pereira, E.; Tassinari, C.C.G.; Rodrigues, J.F.; Van-Dúnem, M.V. (2011) – Novos dados sobre a idade da sequência Vulcano-sedimentar do Grupo Chela e do soco granítico subjacente: implicações na evolução crustal pós-Eburneana do SW de Angola. **Comunicações Geológicas, 98**, pp.29-40.
- Ramos, T.; Rodrigues, V.; Marcelino, M.; Delgado, C.; Gomes, M. (1999) - **SIDS – Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal.** 6ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, 20 a 22 de Outubro. Lisboa, 17p.
- Rother, H. (2008) – South African farm workers' interpretation of risk assessment data expressed as pictograms on pesticide labels. **Environmental Research, 108 (3)**, pp.419-427.
- Schmidt, L.; Gil Nave, J.; Guerra, J. (2006) – **Autarquias e Desenvolvimento Sustentável. Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais.** Fronteira do Caos, Porto, 156p.
- Teixeira, C. (2013) – **Direito Angolano do Ordenamento do Território e do Urbanismo.** Almedina, Coimbra, 386p.
- UN (1987) – **Report of the World Commission on Environment and Development – Our Common Future.** United Nations, 247 p.
- UNGA (2000) – **United Nations Millenium Declaration.** General Assembly, A/RES/55/2, New York, 9p.
- Vale, F.S. (1968) – **Carta Geológica de Angola Provisória na escala 1:100 000 – Folha 365 (Humpata-Cainde) e respectiva Notícia Explicativa,** Memória nº7. Direcção Provincial dos Serviços de Geologia e Minas de Angola.
- Vale, F.S. (1973) – **Carta Geológica de Angola na escala 1:100 000 – Folha nº356 (Vila João de Almeida) e respectiva Notícia Explicativa.** Direcção Provincial dos Serviços de Geologia e Minas de Angola.
- Vasconcelos, L.T. (2001) – **Participação rumo à sustentabilidade – A experiência da AL21.** Comunicação apresentada no VI Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente, Novembro. Lisboa (Portugal).

## **ANEXOS**



## INSTRUMENTO DE ANÁLISE 1

Este questionário faz parte do diagnóstico do quadro de referência ambiental e de ordenamento do território no município da Chibia. Procuram-se fundamentar as estratégias de desenvolvimento sustentável e criar as bases para a formulação de uma Agenda 21 Local. O seu contributo é fundamental para melhorar a qualidade de vida no município da Chibia.

Este instrumento de análise é aplicado de forma directa aos membros do Conselho de Concertação e Auscultação Social, e é composto por 12 perguntas fechadas e por escalas de avaliação Lickert, prevendo-se um tempo de resposta de 30 minutos.

As respostas são confidenciais e tratadas de forma anónima.

Nome - \_\_\_\_\_

Idade - \_\_\_\_\_ Estado civil - \_\_\_\_\_

Local de residência - \_\_\_\_\_

Contacto telefónico - \_\_\_\_\_ Contacto electrónico - \_\_\_\_\_

Actividade profissional - \_\_\_\_\_

Confissão religiosa (facultativa a resposta) - \_\_\_\_\_

Local de trabalho - \_\_\_\_\_

Nº de anos residente no município da Chibia - \_\_\_\_\_

Nº de anos no Conselho de Concertação e Auscultação Social - \_\_\_\_\_

Data da entrevista - \_\_\_\_\_ Local - \_\_\_\_\_



1 - Como vê o município da Chibia? Escolha de entre as hipóteses seguintes as seis que considera mais adequadas e que caracterizam o município.

É um município bonito	
É um município tranquilo para viver	
É um município rico e onde se vive bem	
É um município bom para agricultura e criação de gado	
É um município com muita e boa água	
É um município com bom ambiente	
É um município sem conflitos pela posse da terra e acesso à água	
É um município com emprego	
É um município com bom comércio e mercados	
É um município com bons serviços de saúde e apoio social	
É um município com boas escolas	
Não sei ou outro aspecto - _____	

2 – Do ponto de vista ambiental quais são os principais problemas que afectam o município da Chibia? Assinale os que considera presentes.

1. Degradação da paisagem rural	
2. Degradação da paisagem urbana	
3. Urbanização desordenada	
4. Abandono agrícola	
5. Transformação de espaços naturais em espaços agrícolas	
6. Corte da floresta e desmatamento	
7. Caça	
8. Queimadas e incêndios	
9. Poluição atmosférica por fumos e poeiras	
10. Ruído provocado por indústrias	
11. Ruído junto a estradas e caminhos pelo tráfego rodoviário	
12. Poluição dos rios e albufeira	
13. Qualidade da água para abastecimento da população	
14. Quantidade de água para abastecimento da população	
15. Cobertura da estação de tratamento de águas residuais	
16. Recolha de lixo nos aglomerados	
17. Limpeza das ruas e mercados	
18. Resíduos das indústrias extractivas	
19. Secas	
20. Cheias e inundações	
21. Acesso e utilização da água em chimpacas e nascentes	
22. Não sei ou outro aspecto - _____	

3 – Do ponto de vista social quais são os principais problemas que afectam o município da Chibia? Assinale os que considera presentes.

1. Pobreza	
2. Disponibilidade de habitação	
3. Qualidade das habitações	
4. Violência	
5. Roubos e assaltos nas sedes do município e das comunidades	
6. Roubos e assaltos nas comunidades rurais	
7. Qualidade e número de efectivos policiais	
8. Nível de formação da população	
9. Número de escolas	
10. Número de centros de apoio pré-escolar	
11. Qualidade e número de professores e auxiliares	
12. Qualidade da saúde pública	
13. Qualidade e número de médicos, enfermeiros e agentes sanitários	
14. Número centros de apoio a idosos, deficientes e desfavorecidos	
15. Número e disponibilidade de campas nos cemitérios	
16. Número de acidentes de viação	
17. Isolamento das comunidades	
18. Isolamento dos funcionários da administração ou dos contratados pelas empresas e organizações	
19. Cobertura da rede de telemóvel	
20. Cobertura do sinal de televisão	
21. Cobertura da distribuição de água canalizada	
22. Não sei ou outro aspecto - _____	

4 – Do ponto de vista económico quais são os principais problemas que afectam o município da Chibia? Assinale os que considera presentes.

1. Distância da sede do município à cidade do Lubango	
2. Distância das comunas à sede do município	
3. Distância das comunas aos sectores	
4. Nível de emprego	
5. Nível de emprego para os jovens	
6. Existência de emprego qualificado	
7. Número de mercados e postos de venda	
8. Número de postos de abastecimento e distribuição de combustíveis	
9. Número de instituições bancárias	
10. Qualidade dos estabelecimentos comerciais	
11. Qualificação dos vendedores e comerciantes	
12. Falta de associativismo entre produtores	
13. Falta de organizações empresariais (indústria, agricultura, comércio)	
14. Falta de programas de apoio e investimento público	
15. Falta de investimento privado	
16. Quantidade de água para a agricultura e pecuária	
17. Qualidade das estradas e caminhos	
18. Cobertura da distribuição eléctrica	
19. Cobertura da rede de telefones	
20. Potência eléctrica	
21. Quebras na distribuição eléctrica	
22. Não sei ou outro aspecto - _____	

5 – Do ponto de vista da governação quais são os principais problemas que afectam o município da Chibia? Assinale os que considera presentes.

1. Estado de conservação das escolas e dos centros de apoio pré-escolar	
2. Estado de conservação dos centros médicos e postos de saúde	
3. Estado de conservação dos centros de apoio a idosos, deficientes e desfavorecidos	
4. Estado de conservação dos campos desportivos e dos locais recreativos	
5. Estado de limpeza e recolha de resíduos	
6. Estado de conservação dos furos e pontos de distribuição de água	
7. Estado de conservação das estradas, caminhos, pontes e pontecos	
8. Estado de conservação dos edifícios da administração e repartições públicas	
9. Qualidade dos serviços prestados pela administração e repartições públicas	
10. Eficiência dos serviços prestados pela administração e repartições públicas	
11. Nível de ética dos serviços prestados pela administração e repartições públicas	
12. Qualidade dos funcionários da administração e da forma de recrutamento	
13. Promoção de encontros e seminários de formação e actualização técnica	
14. Envolvimento dos representantes tradicionais nas decisões	
15. Envolvimento e participação dos cidadãos nas decisões e acções municipais	
16. Envolvimento das igrejas locais nas decisões e acções municipais	
17. Envolvimento das associações locais nas decisões e acções municipais	
18. Dinamização do associativismo local e formalização de cooperativas locais	
19. Envolvimento dos empresários nos problemas da comunidade	
20. Dinamização de projectos e programas com outros municípios	
21. Dinamização de projectos e programas com a administração do estado	
22. Não sei ou outro aspecto - _____	

6 – Colocam-se algumas questões relativas às expectativas sobre a dinâmica da população no município da Chibia. Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), como posiciona as seguintes frases:

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
6.1 Aparecimento de novos bairros na sede do município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.2 Fixação da população rural na sede do município e nas sedes das comunas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3 Acesso da população a melhores habitações e serviços na sede do município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.4 Acesso da população a melhores habitações nas sedes das comunas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.5 Facilitar a deslocação da população entre os sectores, as comunas e a sede	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.6 Facilitar a deslocação de trabalhadores e funcionários para e no município.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.7 Fixação de famílias vindas de outros municípios nas sedes do município e das comunas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.8 Fixação de trabalhadores vindos de outras regiões ou do estrangeiro no município.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.9 Contrariar a emigração dos jovens do município para as cidades ou para o estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.10 Criar condições para que os trabalhadores do município não necessitem de procurar emprego e ocupação em outros lugares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**7 – Colocam-se algumas questões relativas às expectativas sobre questões ambientais no município da Chibia. Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), como posiciona as seguintes frases:**

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
7.1 Aumento da quantidade de água para consumo pelas famílias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2 Facilidade na disponibilidade e o acesso à água pela população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.3 Aumento da qualidade da água para consumo da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.4 Aumento da quantidade de água disponível para a agricultura e criação de gado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.5 Melhoria na recolha de lixo e limpeza de ruas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.6 Extensão da recolha de lixos às sedes das comunas e a todos os mercados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.7 Ordenamento e organização urbana das sedes do município e das comunas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.8 Melhor aproveitamento dos terrenos para a agricultura e a criação de gado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.9 Diminuição do abate de árvores e queima de madeira para carvão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.10 Reflorestação e protecção das áreas naturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**8 – Colocam-se algumas questões relativas às expectativas sobre questões sociais no município da Chibia. Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), como posiciona as seguintes frases:**

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
8.1 Aumento do grau de alfabetização da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2 Aumento do nível de formação e escolarização em todos os sectores e comunas do município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3 Valorização social da mulher rural com maior participação no desenvolvimento das comunidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.4 Melhoria no acesso e cuidados de saúde em todo o município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5 Diminuição da taxa de mortalidade infantil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.6 Melhoria da qualidade de construção das habitações em todo o município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.7 Aumento do número de habitações servidas por água canalizada e energia eléctrica na sede do município	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.8 Aumento do número de habitações servidas por água canalizada e energia eléctrica nas comunas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.9 Prevenção para os assaltos urbanos e rurais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.10 Redução dos conflitos pela posse da terra e acesso às fontes de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



**9 – Colocam-se algumas questões relativas às expectativas sobre a questões económicas no município da Chibia. Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), como posiciona as seguintes frases:**

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
9.1 O número de empregos no comércio e serviços aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.2 O número de empregos na agricultura e na pecuária aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.3 O número de empregos na administração aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.4 O número de associações e cooperativas aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.5 Novas empresas fixam-se nas sedes do município e comunas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.6 Novas agências bancárias surgem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.7 O nível de formação e de salário dos trabalhadores aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.8 Os projectos e o investimento público aumentam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.9 Os projectos e o investimento privado aumentam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.10 Os impostos e as taxas cobrados pela administração aumentam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**10 – Colocam-se algumas questões relativas às expectativas sobre aspectos de governação no município da Chibia. Numa escala de 1 (muito importante) a 4 (nada importante), como posiciona as seguintes frases:**

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR
10.1 O número de reuniões do Conselho de Concertação e Auscultação Social aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.2 O número de elementos no Conselho de Concertação e Auscultação Social aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.3 As autoridades tradicionais tem uma maior participação nas decisões da administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.4 A população participa mais nas reuniões promovidas pela administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.5 A população participa mais nas decisões da administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.6 Os empresários apoiam mais as acções da administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.7 A administração reúne mais vezes nas comunas e sectores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.8 O técnicos da administração deslocam-se mais às comunas e sectores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.9 A administração torna-se mais eficiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10.10 O nível de formação e competências da administração municipal e comunal aumenta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11 – Colocam-se agora em escolha algumas questões relativas a opções de investimento imediato em diferentes sectores. Assinale as 3 opções que considera mais importantes, assumindo que tem a totalidade dos recursos e meios necessários.

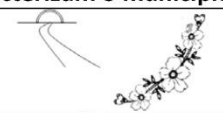





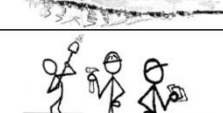
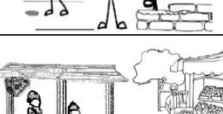


1. Aplicar mais recursos na educação	
2. Aplicar mais recursos na saúde	
3. Aplicar mais recursos na segurança	
4. Aplicar mais recursos no apoio aos mais desfavorecidos	
5. Aplicar mais recursos no desporto	
6. Aplicar mais recursos em festas e espectáculos	
7. Aplicar mais recursos na protecção do ambiente	
8. Aplicar mais recursos na criação de empregos	













12 – Colocam-se agora em escolha algumas questões relativas a opções de investimento em serviços, equipamentos e infra-estruturas para o município da Chibia. Assinale as 3 opções que considera que devem ser implementadas a curto prazo, se tivesse a totalidade dos recursos e meios necessários.





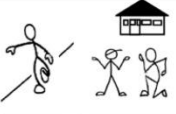


1. Melhorar as cantinas das escolas	
2. Apoiar o transporte de alunos para as escolas	
3. Apoiar os alunos mais desfavorecidos com bolsas	
4. Melhorar os serviços de internamento de doentes	
5. Apoiar a distribuição e conservação de vacinas e medicamentos	
6. Melhorar as estradas e caminhos	
7. Apoiar serviços de transporte colectivo entre os sectores, comunas e sede	
8. Colocar contentores para a recolha de lixo nas comunas e na sede	











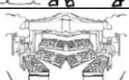

Obrigado pela colaboração.

<b>INSTRUMENTO DE ANÁLISE 2</b>			
Este questionário faz parte do diagnóstico do quadro de referência ambiental e de ordenamento do território da Chibia.			
Procuram-se fundamentar as estratégias de desenvolvimento sustentável para o município da Chibia.			
Este instrumento de análise é aplicado de forma directa aos munícipes da Chibia.			
As respostas são confidenciais e tratadas de forma anónima.			
Idade			
Sexo	M	F	
Local de residência			
Comuna			
Actividade profissional principal			
Local de trabalho			
Grau de literacia	Sabe ler	Não sabe ler	
Data do inquérito			
<b>Número do Inquérito</b>			

<b>Pergunta 1 - Como classifica o local onde vive?</b>		
<b>Escolha as seis frases que melhor caracterizam o município da Chibia</b>		
É um município bonito		
É um município tranquilo para viver		
É um município rico e onde se vive bem		
É um município com muita e boa água		
É um município com bom ambiente		
É um município sem conflitos pela posse da terra e acesso à água		
É um município com emprego		
É um município com bom comércio e mercados		
É um município com bons serviços de saúde e apoio social		
É um município com boas escolas		

Pergunta 2 – Quais são os principais problemas que afectam o município da Chibia? Escolha 6 frases		
Crescimento desordenado da vila e das sedes das comunas		
Corte da floresta e desmatamento		
Falta de água para a agricultura e a criação de gado		
Falta de limpeza e recolha de lixo		
Falta de escolas com construção definitiva e de professores		
Falta de centros de saúde e de enfermeiros ou médicos		
Falta de cobertura e distribuição eléctrica		
Falta de cobertura e distribuição de água potável		
Falta de cobertura da rede de televisão e de telemóvel		
Falta de conservação das estradas, caminhos e pontes		
Falta de empregos		
Baixa qualidade dos funcionários da administração		

<b>Pergunta 3 – Diga se concorda ou discorda das seguintes frases</b>				
		Concordo	Discordo	Não sei ou Não respondo
O município da Chibia é um local bom para viver e criar os filhos				
O município da Chibia está longe do Lubango e tem poucos transportes				
O município da Chibia é um local calmo, com poucos assaltos e roubos				
O município da Chibia tem-se desenvolvido e as pessoas vivem cada vez melhor				
A administração do município da Chibia tem apoiado os mais desfavorecidos				
Os jovens têm poucas oportunidades no município da Chibia				
O município da Chibia é um local limpo e com boa água				
O município da Chibia tem bons terrenos agrícolas e pastagens.				

Pergunta 4 – Se pudesse mudar algo no município da Chibia, quais eram as 4 acções que realizaria primeiro?		
Fazer mais escolas		
Melhorar as cantinas das escolas		
Fazer mais postos de saúde		
Contratar mais médicos e enfermeiros		
Fazer mais estradas		
Melhorar as estradas e pontes		
Melhorar os serviços da administração		
Construir novos bairros		
Apoiar a construção de casas		
Apoiar os agricultores		
Apoiar a criação de mais empregos nos serviços		
Melhorar os mercados		
Apoiar a realização de feiras		
Apoiar a realização de encontros para jovens	